



SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

# **CAPA DO PROCESSO**

## **Nº 38/2024-REL.TEC-SETC**

**ASSUNTO DO PROCESSO: RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO 3º TRIMESTRE DE 2023**

**INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

**Aracaju, 30 de janeiro de 2024**

**ANA KAROLINE OLIVEIRA ARAÚJO**  
**Diretor(a)**



**SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

Página: 1 de 1

**Ofício nº 39/2024-SETC**

**Aracaju, 30 de janeiro de 2024.**

A Sua Excelência a Senhora  
**SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE  
Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, S/N - Capucho  
Aracaju/SE - CEP: 49.081-020

**Assunto: Relatório de Controle Interno - RCI- 4º Trimestre de 2023.**

Senhora Presidente,

1. Ao cumprimentá-la cordialmente, nos termos das disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº 306/2017, encaminhamos a Vossa Excelência, em anexo, o inteiro teor do Relatório Original de Controle Interno 4º Trimestre de 2023 desta Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC.
2. Por fim, em caso de dúvidas, nos colocamos à disposição para prestar-lhe os esclarecimentos que se fizerem necessários, ao tempo que renovamos votos de elevada estima e consideração;

Atenciosamente,



**ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
Verificar autenticidade conforme mensagem  
apresentada no rodapé do documento

**SILVANA MARIA LISBOA LIMA**  
**Secretário(a) de Estado**

## Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocs Sergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: ROPT-DNOE-CTWT-WO2G



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/01/2024 é(são) :

- SILVANA MARIA LISBOA LIMA - 30/01/2024 12:36:46 (Docflow)



SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Página:1 de 1



## Relatório de Controle Interno 4º Trimestre de 2023

1. Ciente, em 30 de janeiro de 2024.
2. Autorizo a remessa deste Relatório Trimestral ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para fins de atendimento às disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº. 306/2017.



**ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
Verificar autenticidade conforme mensagem  
apresentada no rodapé do documento

SILVANA MARIA LISBOA LIMA  
Secretário(a) de Estado

## Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: U2X6-T5NW-KWXO-G2RQ



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/01/2024 é(são) :

- SILVANA MARIA LISBOA LIMA - 30/01/2024 12:37:19 (Docflow)



**GOVERNO DE SERGIPE**

**SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E  
CONTROLE - SETC**

# **Relatório de Atividades do Controle Interno Estadual**

## **4º Trimestre 2023**

Aracaju/SE

Janeiro/2024

---

## **EXPEDIENTE**

**Fábio Mitidieri**  
Governador do Estado de Sergipe

**Silvana Maria Lisboa Lima**  
Secretária de Estado da Transparência e Controle

**Sheila Feitosa Macedo**  
Superintendente Executiva

**Helber Andrade Souza**  
Ouvidor -Geral

**Carlos Eduardo de Mello Lima**  
Assessoria Técnica

**José Ney Marinho**  
Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe

**Rafael Santos Pereira**  
Núcleo de Fiscalização e Auditoria

**Fernando Gomes de Miranda**  
Núcleo de Transparência e Modernização

**Etel Soares Mendes**  
Núcleo de Integridade

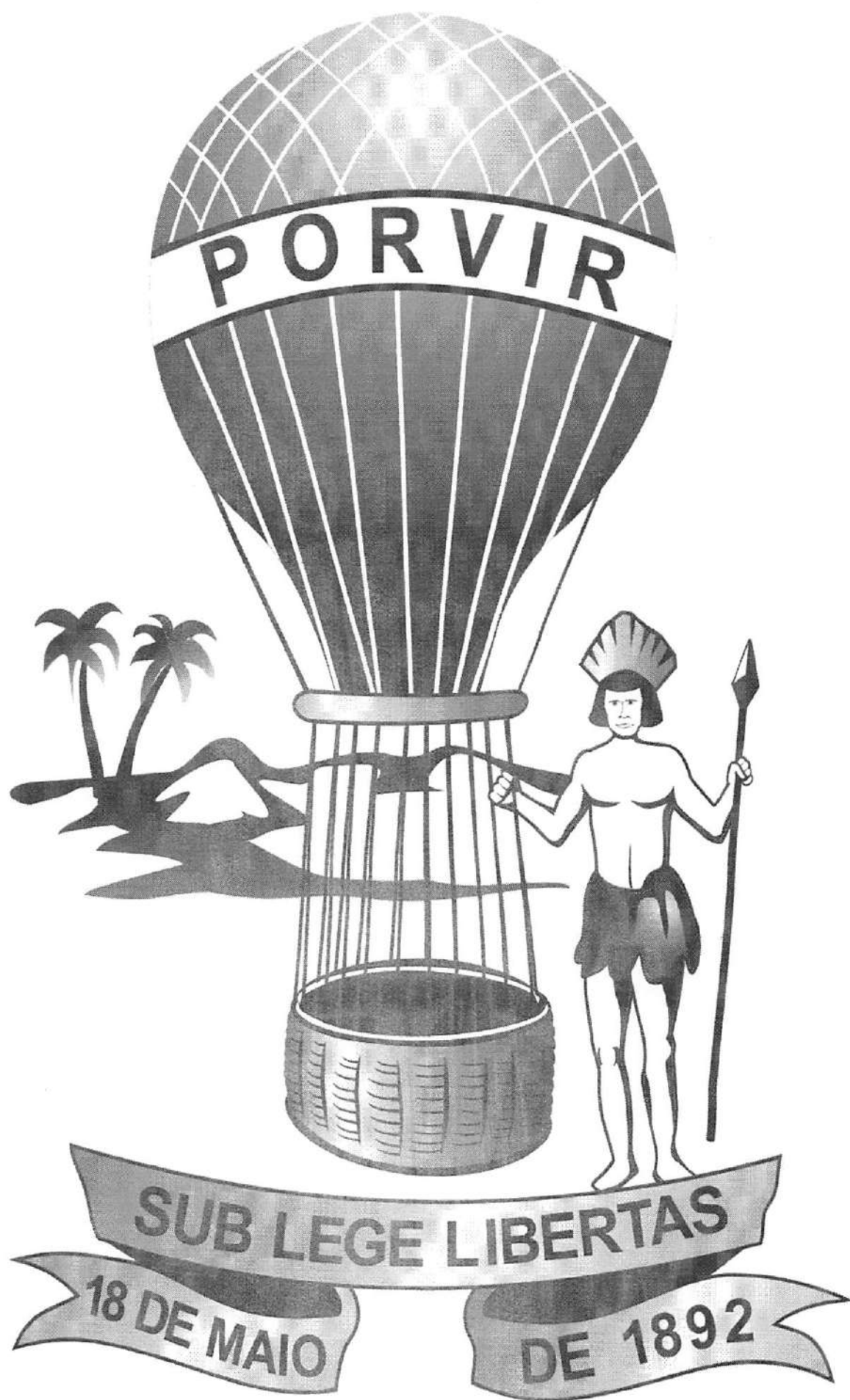
**Hélio Sabino José Ribeiro Chaves**  
Diretoria Administrativa e Financeira

---

## **SUMÁRIO**

- 1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**
  - 1.1 A INSTITUIÇÃO**
  - 1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS**
  - 1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA**
  - 1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL**
- 2. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS**
  - 2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL**
    - 2.1.1 Orientações Técnicas
  - 2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL**
    - 2.2.1 Monitoramento das Contas do Governo
      - 2.2.1.1 Do Orçamento
      - 2.2.1.2 Das Alterações Orçamentárias
      - 2.2.1.3 Da Execução Orçamentária e Financeira
      - 2.2.1.4 Análise da Execução Orçamentária e Financeira
    - 2.2.2 Regularidade Fiscal do Estado
  - 2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL**
    - 2.3.1 Auditorias Especiais
  - 2.4 TRANSPARÊNCIA ESTADUAL E ACESSO À INFORMAÇÃO**
    - 2.4.1 Transparência Estadual
    - 2.4.2 Monitoramento dos Portais da Transparência
  - 2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE**
    - 2.5.1 Apresentação
    - 2.5.2 Atividades Desempenhadas
  - 2.6 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO PODER EXECUTIVO**
  - 2.7 AVALIAÇÃO DO “PROGRAMA DE INTEGRIDADE”**
  - 2.8 UNIDADE SETORIAL DE CONTROLE INTERNO - USCI**
- 3. GESTÃO DA SETC**
  - 3.1 DO ORÇAMENTO**
  - 3.2 PROFISCO II**
  - 3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**
  - 3.4 PPA**





# 1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

## 1.1 A INSTITUIÇÃO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, inscrita no CNPJ nº. 34.841.127/0001-55, é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com sede na Rua Vila Cristina, nº. 1.051, no Bairro 13 de Julho, na cidade de Aracaju/SE.

Faz-se mister registrar, preliminarmente, que a Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC teve sua origem na Controladoria-Geral do Estado, instituída nos termos das Leis Estaduais nº. 3.591/1995 e 3.630/1995, que por sua vez surgiu da Auditoria-Geral do Estado, criada pelo Decreto Estadual nº. 5.819, de 28 de julho de 1983, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

A partir da Constituição Estadual de 1989, a Auditoria-Geral do Estado foi transformada em Controladoria-Geral do Estado de Sergipe - CGE/SE, por meio das Leis Estaduais nº. 3.591/1995 e nº. 3.630/1995, que por sua vez tornou-se a Secretaria de Estado da Transparência e Controle por meio da Lei Estadual nº. 8.496/2018, alterada pela Lei Estadual nº 9.156/2023, enquanto órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual.

## 1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS DA SETC

De acordo com as disposições do art. 67 da Constituição Estadual, compete à Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do sistema de controle interno, o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade e aos demais princípios que regem a administração pública, bem como a aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à proteção do patrimônio público do Estado de Sergipe.

Além disso, nos termos do Art. 14 da Lei nº. 9.156, de 08 de janeiro de 2023, compete à SETC:

- ✓ a orientação, o acompanhamento e a proteção da gestão estadual;
- ✓ o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios que regem a administração pública, e da aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à salvaguarda do erário e do patrimônio público do Estado;

- ✓ a verificação da exatidão e regularidade das contas dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a adequada execução do orçamento;
- ✓ o incremento da transparência da gestão pública estadual; a supervisão e o controle da regularidade da Administração Pública Estadual junto ao cadastro único de convênios da União Federal;
- ✓ a gestão da Política e dos programas de Integridade e Conformidade públicas;
- ✓ a prevenção e o combate, em concurso com a Procuradoria-Geral do Estado, à improbidade administrativa e às demais formas de irregularidades administrativas, no âmbito da Administração Pública Estadual;
- ✓ o auxílio no aperfeiçoamento da gestão pública;
- ✓ a formulação, a coordenação, o fomento e a implementação de programas e projetos voltados à prevenção da corrupção e a promoção da transparência;
- ✓ o zelo pelo controle social na administração pública;
- ✓ a exortação para a evolução da qualidade na aplicação dos recursos em benefícios da sociedade;
- ✓ o fomento e a supervisão das atividades da Ouvidoria-Geral do Estado - OGE;
- ✓ outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normas legais e/ou regulamentares.

### 1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA

Conforme determinação do artigo 74, da Constituição Federal de 1988, cabe ao Controle Interno:

*"I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*

*II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*

*III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*

*IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional."*



Na busca de cumprir adequadamente todas essas atribuições e contribuir efetivamente para a melhoria da gestão das políticas públicas, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, vem aperfeiçoando continuamente a sua atuação.

## 1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL

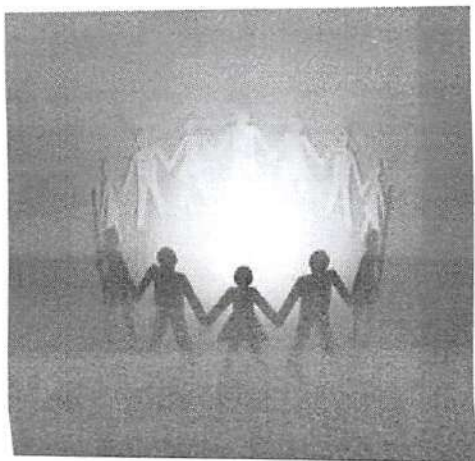


### **Missão**

*Orientar e acompanhar a gestão governamental para alcançar a efetividade das políticas públicas e exercer o controle interno para proteger o patrimônio público e assegurar a prevalência dos interesses da sociedade.*

### **Visão Estratégica**

*Ser reconhecida pela sociedade e pelos gestores estaduais como referência de Controle Interno da Administração Pública.*



### **Valores**

*Ética e Transparência na Administração Pública;  
Participação Popular e Controle Social da Gestão;  
Prevalência do Interesse Público;  
Responsabilidade Fiscal e Socioambiental;  
Transversalidade da Gestão.*

## 2. PRINCIPAIS ATIVIDADES

### REALIZADAS

### 2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL

Em cumprimento à missão institucional de orientar a gestão governamental, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, durante o 4º trimestre de 2023, realizou diversas



atividades de orientação aos gestores e técnicos dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

### **2.1.1 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS**

As Orientações Técnicas são emitidas por meio de instrumentos administrativos elaborados por técnicos da Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, e têm o propósito de promover o fortalecimento da administração pública, bem como recomendar à adequação dos controles internos e de gestão no âmbito dos Órgãos e das Entidades que compõem o Poder Executivo Estadual.

O Controle Interno é o viés que a Administração Pública possui para verificar a regularidade e a legalidade de seus próprios atos, e saber se os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público, dentre outros, foram respeitados, inclusive, avaliando a conveniência administrativa do ato praticado.

## **2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL**

### **2.2.1 MONITORAMENTO DAS CONTAS DO GOVERNO**

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no cumprimento das ações de orientação e acompanhamento das ações governamentais, durante o quarto trimestre de 2023, observou dados e informações registradas no sistema de contabilidade e gestão do Estado – i-geesp, pelas Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta, no tocante à execução orçamentária consolidada, que permitem avaliar a evolução da execução das receitas e despesas, com o objetivo de gerar informações estratégicas para orientar e subsidiar a tomada de decisão governamental.

#### **2.2.1.1 DO ORÇAMENTO**

O orçamento para o exercício de 2023 foi aprovado pela Lei nº 9.155, de 07 de janeiro de 2023, publicado em edição extra do Diário Oficial do Estado Nº 29.069, de 08 de janeiro de 2023, alocando recursos da ordem de R\$ 13.310.265.220,00 (treze bilhões e trezentos e dez milhões e duzentos e sessenta e cinco mil e duzentos e vinte reais), o qual compreende o orçamento fiscal e da seguridade social, recursos de todas as fontes.





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2023		R\$ 1,00	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
RECEITA		DESPESA	
RECEITAS CORRENTES	14.897.098.872	DESPESAS CORRENTES	11.842.085.520
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.037.252.805	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.969.621.807
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	457.799.412	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	227.345.966
RECEITA PATRIMONIAL	137.840.517	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.645.117.747
RECEITA AGROPECUÁRIA	0		
RECEITA INDUSTRIAL	0		
RECEITA DE SERVIÇOS	255.610.842		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.830.137.846		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	178.457.450		
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	752.193.055		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.237.701.888		
I - TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	12.411.590.039		
RECEITAS DE CAPITAL	898.675.181	DESPESAS DE CAPITAL	1.357.179.700
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	317.876.782	INVESTIMENTOS	1.075.017.721
ALIENAÇÃO DE BENS	191.718.529	INVERSÕES FINANCEIRAS	71.900.000
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	210.261.979
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	389.076.870		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.000		
II - TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	898.675.181		
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	111.000.000
TOTAL	13.310.265.220	TOTAL	13.310.265.220

Fonte: Lei nº 9.155, de 07 de janeiro de 2023/ Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

2.2.1.2 DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

No 4º trimestre de 2023, foram abertos créditos suplementares no montante de **R\$ 1.243.488.468,60** (um bilhão e duzentos e quarenta e três milhões e quatrocentos e oitenta e oito mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos), créditos especiais no montante de **R\$ 85.573.017,08** (oitenta e cinco milhões e quinhentos e setenta e três mil e dezessete reais e oito centavos) e anulados o montante de **R\$ 996.949.354,81** (novecentos e noventa e seis milhões e novecentos e quarenta e nove mil e trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e um centavos).

Até 31/12/2023, os créditos suplementares perfazem o montante de **R\$ 3.070.012.698,67** (três bilhões e setenta milhões e doze mil e seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), os créditos especiais o montante de **R\$ 199.500.439,52** (cento e noventa e nove milhões e quinhentos mil e quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos) e anulados o montante de **R\$ 2.017.846.575,07** (dois bilhões e dezessete milhões e oitocentos e quarenta e seis mil e quinhentos e setenta e cinco reais e sete centavos).

Dessa forma, a dotação atualizada perfaz o valor de **R\$ 14.561.931.783,12** (quatorze bilhões e quinhentos e sessenta e um milhões e novecentos e trinta e um mil e setecentos e oitenta e três reais e doze centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:



	MOVIMENTAÇÃO	VALOR (R\$)
A	DOTAÇÃO INICIAL	13.310.265.220,00
B	CRÉDITO SUPLEMENTAR	3.070.012.698,67
C	CRÉDITO ESPECIAL	199.500.439,52
D	DOTAÇÃO ANULADA	2.017.846.575,07
E	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E) (=) (A+B+C-D)	14.561.931.783,12

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado/

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos  
Compromissos de Governo

As fontes de recursos utilizadas para abertura de créditos adicionais foram anulações de dotações, totalizando **R\$ 2.017.846.575,07** (dois bilhões e dezessete milhões e oitocentos e quarenta e seis mil e quinhentos e setenta e cinco reais e sete centavos), superavit financeiro apurado em Balanços Patrimoniais, totalizando **R\$ 394.586.917,56** (trezentos e noventa e quatro milhões e quinhentos e oitenta e seis mil e novecentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos) e excesso de arrecadação, totalizando **R\$ 857.079.645,56** (oitocentos e cinquenta e sete milhões e setenta e nove mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), conforme detalhamento no quadro a seguir.



DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. ORÇAMENTO INICIAL	13.310.265.220,00
2. CRÉDITOS ADICIONAIS	3.269.513.138,19
2.1. SUPLEMENTARES	3.070.012.698,67
2.2. EXTRAORDINÁRIOS	0,00
2.3. ESPECIAIS	199.500.439,52
3. ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES	2.017.846.575,07
4. NOVOS CRÉDITOS AUTORIZADOS (2-3)	1.251.666.563,12
4.1. EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	857.079.645,56
4.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00
4.3. SUPERÁVIT FINANCEIRO	394.586.917,56
5. ORÇAMENTO FINAL AUTORIZADO (1+4)	14.561.931.783,12

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo das Alterações Orçamentárias

Após a abertura de créditos adicionais, mediante excesso de arrecadação, a receita orçamentária atualizada ficou assim distribuída:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS			
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE RECEITA	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZAÇÕES	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES	11.659.396.984,00	834.426.265,77	12.493.823.249,77
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.030.018.724,00	239.090.371,98	4.269.109.095,98
CONTRIBUIÇÕES	457.799.412,00	0,00	457.799.412,00
RECEITA PATRIMONIAL	137.840.517,00	18.573.129,76	156.413.646,76
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	255.610.842,00	106.509.215,00	362.120.057,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.599.670.039,00	452.253.549,03	7.051.923.588,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	178.457.450,00	18.000.000,00	196.457.450,00
RECEITAS DE CAPITAL	898.675.181,00	22.653.379,79	921.328.560,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	317.876.782,00	18.625.309,79	336.502.091,79
ALIENAÇÃO DE BENS	191.718.529,00	78.070,00	191.796.599,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	389.076.870,00	3.950.000,00	393.026.870,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.000,00	0,00	3.000,00
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	752.193.055,00	0,00	752.193.055,00
TOTAL	13.310.265.220,00	857.079.645,56	14.167.344.865,56

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado

Em relação às despesas orçamentárias atualizadas, estas ficaram assim distribuídas após a abertura de créditos adicionais:



11



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS			
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	11.842.085.520,00	1.144.446.343,05	12.986.531.863,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.969.621.807,00	25.331.444,29	7.994.953.251,29
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	227.345.966,00	28.244.535,00	255.590.501,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.645.117.747,00	1.090.870.363,76	4.735.988.110,76
DESPESAS DE CAPITAL	1.357.179.700,00	218.040.932,91	1.575.220.632,91
INVESTIMENTOS	1.075.017.721,00	181.748.675,69	1.256.766.396,69
INVERSÕES FINANCEIRAS	71.900.000,00	34.506.317,01	106.406.317,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	210.261.979,00	1.785.940,21	212.047.919,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	111.000.000,00	-110.820.712,84	179.287,16
TOTAL	13.310.265.220,00	1.251.666.563,12	14.561.931.783,12

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil / Dotação Autorizada / Alterações / Remanejamentos Orçamentários

### 2.2.1.3 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

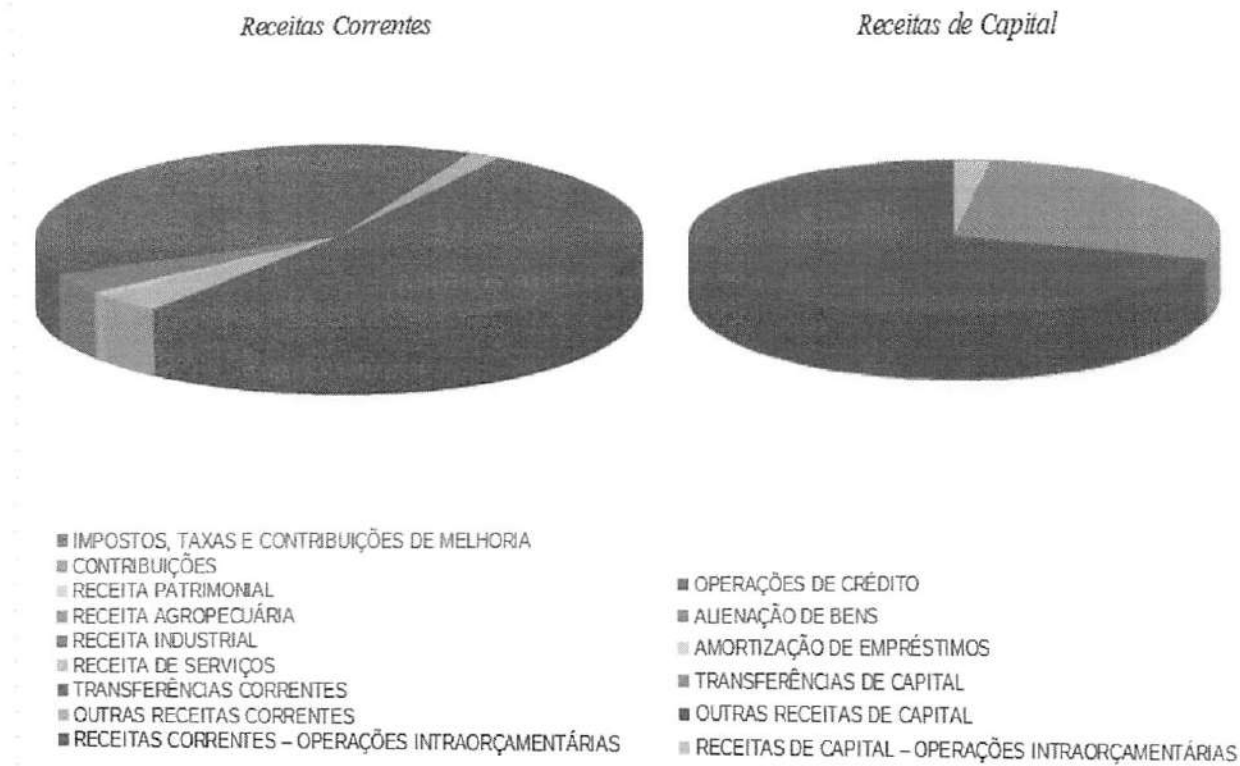
A Receita realizada no 4º. Trimestre de 2023 perfaz o montante de **R\$ 4.234.106.971,74** (quatro bilhões e duzentos e trinta e quatro milhões e cento e seis mil e novecentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos), perfazendo até o trimestre o montante arrecadado de **R\$ 14.302.910.960,48** (quatorze bilhões e trezentos e dois milhões e novecentos e dez mil e novecentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE				
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA		SALDO
		NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	
RECEITAS CORRENTES	12.493.823.249,77	3.800.387.408,77	13.180.196.799,86	686.373.550,09
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.269.109.095,98	1.281.313.414,36	4.627.370.208,84	358.261.112,86
CONTRIBUIÇÕES	457.799.412,00	157.304.540,80	466.205.883,00	8.406.471,00
RECEITA PATRIMONIAL	156.413.646,76	30.236.750,83	252.661.811,64	96.248.164,88
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	362.120.057,00	146.855.037,11	386.568.902,79	24.448.845,79
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.051.923.588,03	2.113.724.598,46	7.260.748.774,69	208.825.186,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	196.457.450,00	70.953.067,21	186.641.218,90	-9.816.231,10
RECEITAS DE CAPITAL	921.328.560,79	140.424.016,03	331.807.426,99	-589.521.133,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	336.502.091,79	100.222.583,52	229.585.396,37	-106.916.695,42
ALIENAÇÃO DE BENS	191.796.599,00	327.467,22	2.087.668,39	-189.708.930,61
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	393.026.870,00	39.873.965,29	100.130.777,51	-292.896.092,49
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.000,00	0,00	3.584,72	584,72
RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	752.193.055,00	290.095.546,94	787.706.733,63	35.513.678,63
RECEITAS DE CAPITAL – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	3.200.000,00	3.200.000,00	3.200.000,00
TOTAL	14.167.344.865,56	4.234.106.971,74	14.302.910.960,48	135.566.094,92

Fonte: I-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado

Receitas Arrecadadas no 4º Trimestre



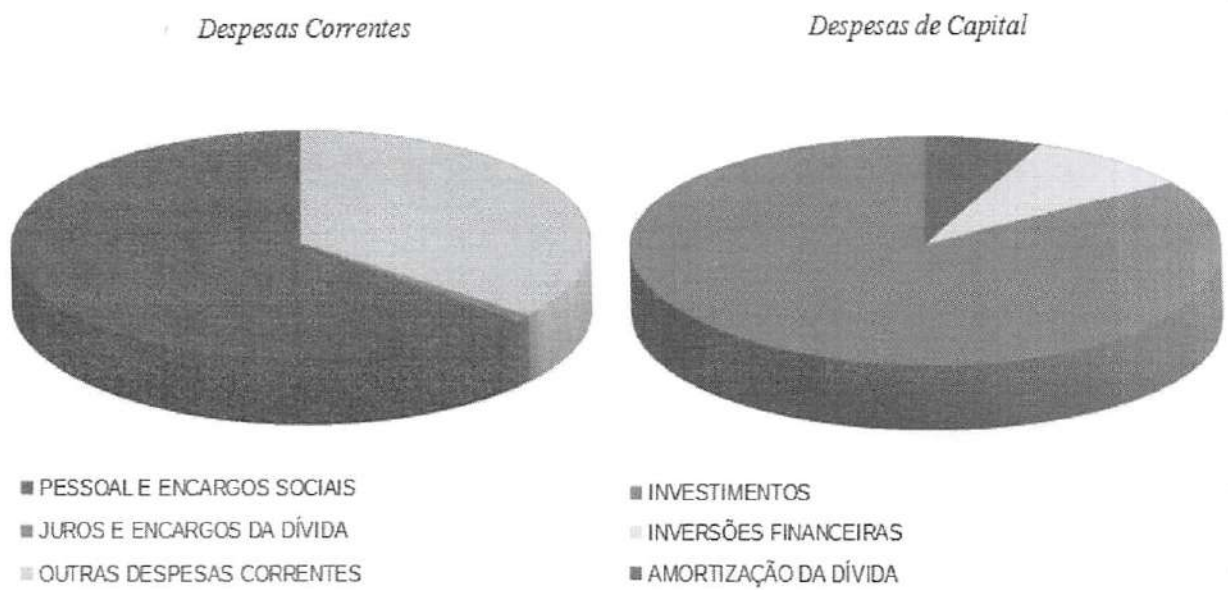
A Despesa Empenhada no 4º. trimestre de 2023 perfaz o montante de **R\$ 3.109.456.532,38** (três bilhões e cento e nove milhões e quatrocentos e cinquenta e seis mil e

quinhentos e trinta e dois reais e trinta e oito centavos), perfazendo até o trimestre o montante de **R\$ 13.470.989.190,76** (treze bilhões e quatrocentos e setenta milhões e novecentos e oitenta e nove mil e cento e noventa reais e setenta e seis centavos), conforme demonstrativo a seguir:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS						
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
DESPESAS CORRENTES	2.790.066.853,52	12.321.128.492,85	3.690.709.713,03	12.207.091.687,40	3.781.677.600,31	12.072.546.058,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.765.819.641,58	7.748.020.496,33	2.334.506.786,56	7.745.326.269,88	2.350.547.395,66	7.683.782.609,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	26.986.680,28	238.342.645,35	56.295.714,38	238.342.645,35	71.114.081,24	238.342.645,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	997.260.531,66	4.334.765.351,17	1.299.907.212,09	4.223.422.772,17	1.360.016.123,41	4.150.420.803,74
DESPESAS DE CAPITAL	319.389.678,86	1.149.860.697,91	415.449.694,18	1.066.000.918,38	381.417.017,36	1.001.525.835,42
INVESTIMENTOS	269.238.731,34	862.777.677,04	336.149.827,81	778.917.897,51	295.816.548,64	716.908.677,89
INVERSÕES FINANCEIRAS	29.706.432,97	80.791.177,21	30.770.919,18	80.791.177,21	28.307.093,15	78.327.351,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.444.514,55	206.291.843,66	48.528.947,19	206.291.843,66	57.293.375,57	206.289.806,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.109.456.532,38	13.470.989.190,76	4.106.159.407,21	13.273.092.605,78	4.163.094.617,67	13.074.071.894,28

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado  
i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesas Empenhadas no 4º Trimestre



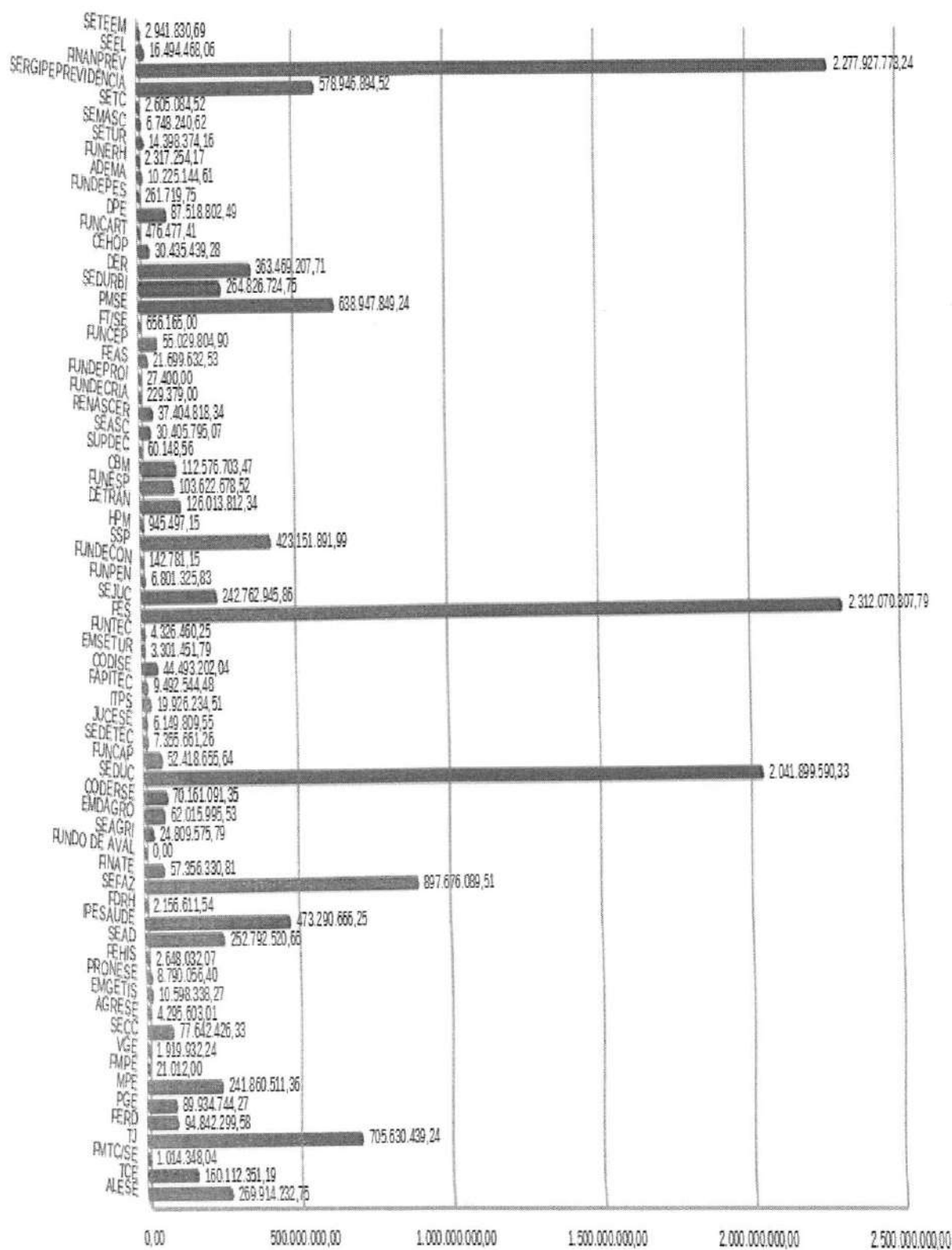
Despesa Orçamentária por Órgão e Entidade



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE							
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃO/ENTIDADE							
UNIDADE GESTORA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO		
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	
ALESE	9.183.019,01	209.914.232,75	78.015.885,63	264.051.707,78	78.211.549,15	262.612.685,32	
TGE	8.119.216,28	160.112.351,19	49.531.355,67	157.281.029,33	49.662.493,16	156.912.771,45	
FMTC/SE	223.160,99	1.014.348,04	275.102,43	1.004.698,04	325.232,96	1.004.698,04	
TJ	93.428.011,12	705.630.439,24	200.656.945,05	703.928.589,06	202.436.250,03	703.216.035,26	
FERD	19.750.532,69	94.842.299,58	24.349.932,39	71.747.657,68	25.134.533,83	71.747.062,97	
PGE	44.631.572,71	89.934.744,27	48.869.800,51	89.835.150,94	50.737.454,13	89.714.974,91	
MPE	14.020.545,63	241.860.511,36	76.427.787,26	233.400.740,38	74.044.418,84	230.539.240,42	
FMPE	21.012,00	21.012,00	9.012,00	9.012,00	9.012,00	9.012,00	
VGE	321.186,49	1.919.932,24	538.620,43	1.919.932,24	536.271,38	1.893.159,38	
SECC	25.460.943,89	77.642.426,33	21.401.309,85	70.946.226,77	21.181.836,70	69.044.571,22	
AGRESE	617.663,12	4.295.603,01	1.638.169,30	3.924.238,41	1.646.073,61	3.922.126,41	
EMGETIS	2.880.396,46	10.598.338,27	3.441.580,09	10.533.492,60	3.264.855,78	10.262.805,99	
PRONESE	2.148.894,96	8.790.056,40	2.566.723,11	8.665.046,40	2.581.238,13	8.664.319,03	
FEHIS	-208.569,73	2.648.032,07	304.141,56	2.648.032,07	304.141,56	2.648.032,07	
SEAD	14.262.517,42	252.792.520,66	82.444.186,73	252.012.295,60	82.238.009,75	251.080.962,13	
IPESAUDE	114.208.421,78	473.290.686,25	138.945.330,28	409.007.898,62	148.297.401,51	467.827.535,86	
FDRH	963.427,27	2.156.611,54	226.600,03	517.813,31	207.231,27	479.557,23	
SEFAZ	117.395.744,19	897.676.089,51	248.130.527,85	894.454.803,89	268.439.505,21	889.782.788,12	
FINATE	9.717.640,09	57.356.330,81	17.290.444,03	56.886.760,99	17.444.103,92	51.698.834,95	
FUNDO DE AVAL	-31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SEAGRI	8.232.263,84	24.809.575,79	7.588.292,01	21.745.429,42	7.989.176,62	21.422.673,12	
EMDIAGRO	16.141.217,59	62.015.995,53	18.685.552,87	62.009.528,53	18.901.612,14	61.970.718,45	
CODERSE	18.260.430,57	70.161.091,35	20.306.200,53	69.680.816,34	20.593.618,15	68.497.280,51	
SEDUC	565.065.388,41	2.041.999.590,33	766.716.080,59	2.040.619.590,33	737.946.886,62	1.950.314.395,10	
FUNCAP	12.408.807,81	52.418.655,64	12.094.056,66	50.442.714,84	13.953.946,78	49.703.748,63	
SEDETEC	875.119,84	7.355.661,26	1.879.978,48	7.224.378,97	1.902.182,43	7.103.341,15	
JUCESE	1.571.555,89	6.149.809,55	2.015.949,65	6.134.377,95	2.049.122,61	6.094.173,19	
ITPS	6.218.572,80	19.926.234,51	5.453.583,74	19.069.272,13	5.536.059,22	18.971.595,61	
FAPITEC	4.357.589,96	9.492.544,48	4.347.075,79	9.479.202,12	3.853.369,57	8.941.214,23	
CODISE	13.321.476,10	44.493.202,04	13.601.177,84	44.493.202,04	13.343.997,67	43.643.043,70	
EMSETUR	998.769,46	3.301.451,79	1.018.444,71	3.301.354,07	1.088.900,38	3.270.116,01	
FUNTEC	969.826,26	4.326.480,25	1.917.285,59	4.326.480,25	1.266.612,44	3.406.633,99	
FES	531.459.781,02	2.312.070.307,79	611.398.557,51	2.300.345.124,47	667.458.719,87	2.264.730.287,62	
SEJUC	73.216.916,18	242.762.945,66	68.842.539,84	228.569.483,79	73.186.553,41	225.076.538,62	
FUNPEN	268.729,28	6.801.325,83	1.745.327,27	5.546.017,06	2.138.870,87	5.526.439,46	
FUNDECON	64.194,27	142.781,15	39.749,04	101.075,95	41.348,78	101.075,95	
SSP	14.908.825,36	423.151.891,99	126.992.788,54	412.790.243,11	125.147.261,74	410.507.278,02	
HPM	210.230,72	945.497,15	313.401,22	945.497,15	310.908,80	904.501,66	
DETRAN	40.193.922,76	126.013.812,34	35.216.295,03	118.296.841,79	35.582.166,23	118.285.317,45	
FUNESP	42.057.350,56	103.622.678,52	28.316.405,21	66.021.294,47	27.132.783,20	64.765.086,20	
CBM	30.239.608,98	112.576.703,47	33.599.591,60	109.764.607,42	33.226.729,33	109.315.917,92	
SUPDEC	33.348,56	60.148,56	53.348,56	60.148,56	53.348,56	60.148,56	
SEASC	11.660.771,08	30.405.795,07	8.633.560,53	19.713.328,80	8.364.364,91	19.094.643,75	
RENASCER	11.831.238,87	37.404.818,34	12.407.164,95	36.586.757,40	12.450.288,99	35.446.404,45	
FUNDECRIA	4.500,00	229.379,00	211.106,89	226.699,03	208.651,87	222.117,23	
FUNDEPROI	3.600,00	27.400,00	8.827,89	24.420,03	6.372,86	19.838,22	
FEAS	5.713.006,45	21.699.632,53	5.621.075,50	21.275.549,51	5.841.685,35	21.241.619,77	
FUNCEP	12.979.228,31	55.029.804,90	15.581.184,78	52.294.387,21	14.856.653,19	51.227.606,33	
FT/SE	656.165,00	656.165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PMSE	195.074.001,26	638.947.849,24	194.198.092,17	635.812.197,17	195.736.759,43	635.709.044,12	
SEDURBI	61.603.045,33	264.826.724,75	65.365.254,06	249.525.020,61	69.483.839,35	245.920.541,02	
DER	115.899.010,71	383.469.207,71	156.921.500,44	362.915.941,39	138.681.194,57	334.517.013,01	
CEHOP	8.259.713,95	30.435.439,28	8.412.639,73	30.076.087,18	8.584.875,26	29.965.194,41	
FUNCART	448.370,22	476.477,41	267.112,22	274.189,41	262.112,22	269.189,41	
DPE	20.017.038,16	87.518.802,49	27.513.813,76	87.167.855,30	28.438.156,20	87.187.855,27	
FUNDEPES	10.786,50	261.719,75	11.975,50	261.719,75	11.975,50	261.719,75	
ADEMA	2.629.268,72	10.225.144,61	3.086.660,63	10.001.306,72	3.263.482,54	9.918.069,26	
FUNERH	841.725,18	2.317.254,17	1.224.666,26	2.171.038,16	1.158.166,80	2.034.841,75	
SETUR	4.979.518,36	14.398.374,16	3.062.591,88	9.733.703,30	4.414.414,87	9.009.032,63	
SEMAC	2.325.108,21	6.748.240,62	2.549.496,84	6.562.478,52	2.466.917,08	6.407.739,91	
SETC	628.865,33	2.605.084,52	862.257,74	2.573.343,32	874.589,17	2.573.343,32	
SERGIPEPREVIDÊNCIA	160.776.902,70	578.946.894,52	176.577.541,11	578.946.894,52	176.224.221,49	577.607.102,92	
FINANPREV	624.777.489,38	2.277.927.773,24	658.408.559,51	2.277.927.773,24	664.305.831,87	2.275.268.488,91	
SEEL	8.589.098,34	16.494.468,06	6.058.069,57	12.441.504,37	6.361.118,86	11.773.784,95	
SETEEM	1.469.945,93	2.941.830,99	1.653.118,97	2.818.533,97	1.683.187,95	2.724.005,98	
TOTAL	3.106.466.532,38	13.470.989.190,76	4.106.159.407,21	13.273.092.606,78	4.163.094.617,67	13.074.671.894,28	

Fonte: I-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesa Empenhada Até o Trimestre



• Despesa Orçamentária por Tipo de Administração

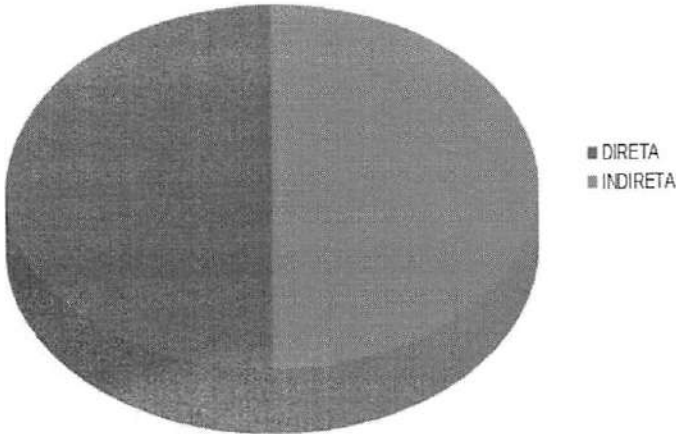
*[Assinatura]*  
16



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR TIPO ADMINISTRAÇÃO						
TIPO ADMINISTRAÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
DIRETA	1.345.603.951,10	6.710.111.965,74	2.145.974.214,01	6.586.990.802,38	2.149.918.755,21	6.471.015.266,37
INDIRETA	1.763.852.581,28	6.760.877.225,02	1.960.185.193,20	6.686.101.803,40	2.013.175.852,46	6.603.056.627,91
TOTAL	3.109.456.532,38	13.470.989.190,76	4.106.159.407,21	13.273.092.605,78	4.163.094.617,67	13.074.071.894,28

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil / Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesa Empenhada por tipo de Administração  
Até o Trimestre

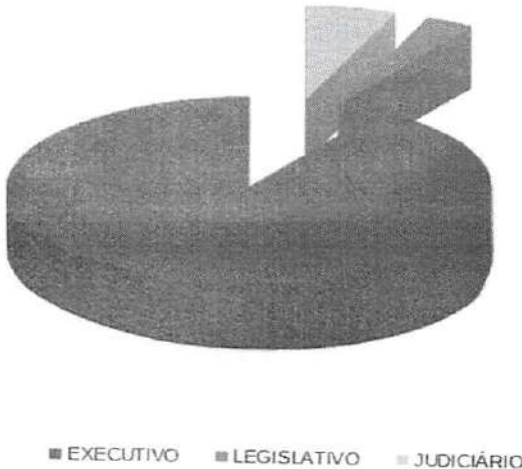


• Despesa Orçamentária por Poder

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER						
PODER	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
EXECUTIVO	2.978.772.592,29	12.239.475.519,96	3.753.330.186,04	12.075.078.833,89	3.807.324.588,54	11.878.578.641,24
LEGISLATIVO	17.505.396,28	431.040.931,98	127.822.343,73	422.337.525,15	128.199.245,27	420.530.154,81
JUDICIÁRIO	113.178.543,81	800.472.738,82	225.006.877,44	775.676.246,74	227.570.783,86	774.963.098,23
TOTAL	3.109.456.532,38	13.470.989.190,76	4.106.159.407,21	13.273.092.605,78	4.163.094.617,67	13.074.071.894,28

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesa Orçamentária por Poder  
Até o Trimestre

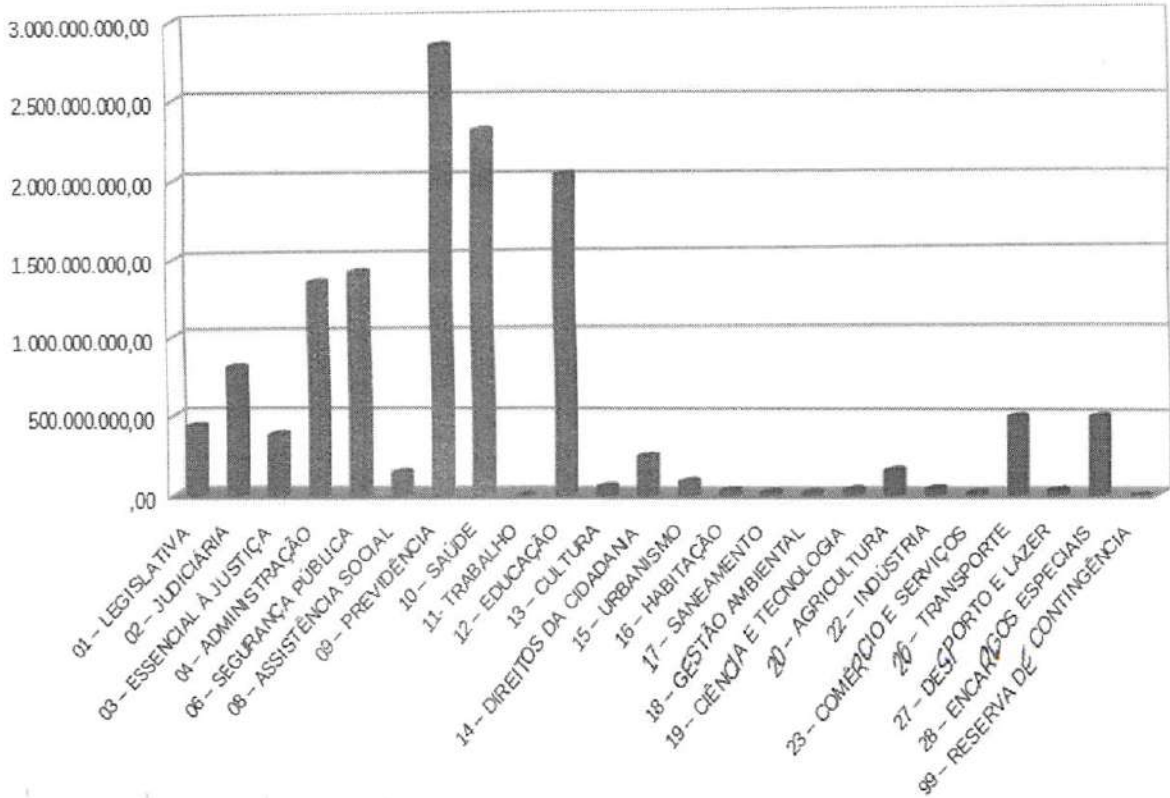


• Despesa Orçamentária por Função

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO						
FUNÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
01 – LEGISLATIVA	17.505.396,28	431.040.931,98	127.822.343,73	422.337.525,15	128.199.245,27	420.530.154,81
02 – JUDICIÁRIA	113.265.106,29	800.660.791,83	226.093.439,92	775.884.299,75	227.671.548,34	775.171.151,24
03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA	44.406.453,92	379.512.847,40	118.254.642,97	370.610.535,90	118.581.241,19	367.628.859,88
04 – ADMINISTRAÇÃO	239.015.171,25	1.341.868.380,95	412.452.373,89	1.325.282.280,10	416.962.157,19	1.311.035.253,48
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	322.762.323,59	1.405.840.321,40	418.636.573,77	1.344.132.107,24	417.136.607,73	1.339.988.571,50
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	42.425.595,27	144.854.678,40	42.516.269,10	130.178.990,54	41.781.365,73	127.310.078,31
09 – PREVIDÊNCIA	783.678.609,83	2.837.773.885,23	828.975.126,84	2.837.773.885,23	834.519.079,58	2.833.774.809,30
10 – SAÚDE	531.569.781,02	2.312.180.307,79	611.508.557,51	2.300.455.124,47	667.568.719,87	2.264.840.287,62
11 – TRABALHO	2.126.110,93	3.597.995,69	1.653.118,97	2.818.533,97	1.683.187,95	2.724.005,98
12 – EDUCAÇÃO	563.812.152,10	2.033.458.243,60	763.126.634,08	2.032.178.243,60	734.567.359,42	1.942.219.746,12
13 – CULTURA	15.127.422,68	57.807.758,93	13.821.242,80	54.643.401,99	15.645.817,11	53.744.322,94
14 – DIREITOS DA CIDADANIA	73.549.839,73	249.707.052,84	70.627.616,15	234.216.576,80	75.366.773,06	230.704.054,03
15 – URBANISMO	20.824.221,36	89.853.196,98	21.594.272,87	83.854.910,59	22.180.318,39	83.633.832,89
16 – HABITAÇÃO	7.793.112,61	32.054.786,09	8.458.745,68	31.695.433,99	8.630.981,21	31.584.541,22
17 – SANEAMENTO	5.623.602,57	21.348.715,71	6.688.089,78	21.348.715,71	4.224.262,75	18.884.889,68
18 – GESTÃO AMBIENTAL	5.879.322,09	19.660.485,04	6.943.323,73	19.104.669,04	6.971.066,42	18.730.496,56
19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA	11.233.300,79	38.367.641,58	12.410.115,32	37.366.054,55	11.400.652,88	35.691.034,26
20 – AGRICULTURA	44.180.567,85	163.814.333,68	48.417.584,19	160.138.435,30	49.336.460,91	158.592.605,72
22 – INDÚSTRIA	13.203.534,58	44.065.012,60	13.755.005,89	44.065.012,60	13.197.825,72	43.216.891,47
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.979.448,64	19.979.402,51	5.152.414,87	14.776.975,58	6.534.693,53	14.021.066,85
26 – TRANSPORTE	146.023.294,06	502.346.561,95	189.697.399,81	495.335.753,62	177.051.197,63	466.066.265,19
27 – DESPORTO E LAZER	12.951.529,55	34.738.353,14	11.583.696,44	28.457.634,62	12.511.165,84	27.547.806,28
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	85.520.635,39	506.437.505,54	148.570.820,90	506.437.505,54	171.372.891,95	506.430.168,95
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.109.456.532,38	13.470.989.190,76	4.106.159.407,21	13.273.092.605,78	4.163.094.617,67	13.074.071.894,28

Fonte: I-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Despesa Orçamentária por Função  
Até o Trimestre



Comparando-se a Receita Prevista Atualizada e a Receita Arrecadada até o período, constatou-se um excesso de arrecadação da ordem de **R\$ 135.566.094,92** (cento e trinta e cinco milhões e quinhentos e sessenta e seis mil e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos), conforme detalhado no quadro a seguir:

*[Handwritten signature]*  
18



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
PREVISÃO ATUALIZADA X RECEITA REALIZADA	
PREVISÃO ATUALIZADA (A)	14.167.344.865,56
RECEITA REALIZADA (B)	14.302.910.960,48
<b>SUPERAVID/DEFICIT DE ARRECADAÇÃO (B – A)</b>	<b>135.566.094,92</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado

Percebe-se que, no confronto entre a dotação atualizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se uma economia orçamentária no valor de **R\$ 1.090.942.592,36** (um bilhão e noventa milhões e novecentos e quarenta e dois mil e quinhentos e noventa e dois reais e trinta e seis centavos), o que representa aproximadamente 7,49% da dotação atualizada, conforme quadro a seguir:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DOTAÇÃO ATUALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	14.561.931.783,12
DESPESA EMPENHADA (B)	13.470.989.190,76
<b>ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (A – B)</b>	<b>1.090.942.592,36</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

Por sua vez, no confronto entre a despesa empenhada e a despesa paga, verificou-se uma despesa a pagar até o período, no valor de **R\$ 396.917.296,48** (trezentos e noventa e seis milhões e novecentos e dezessete mil e duzentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), o que representa, aproximadamente 2,95% da despesa empenhada, conforme demonstrado abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DESPESA EMPENHADA x DESPESA PAGA	
DESPESA EMPENHADA (A)	13.470.989.190,76
DESPESA PAGA (B)	13.074.071.894,28
<b>DESPESA A PAGAR (A – B)</b>	<b>396.917.296,48</b>

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Do confronto entre a receita realizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se um *superavit* orçamentário no valor de **R\$ 831.921.769,72** (oitocentos e trinta e um milhões e novecentos e vinte e um mil e setecentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos), assim detalhado:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
RECEITA REALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
RECEITA REALIZADA (A)	14.302.910.960,48
DESPESA EMPENHADA (B)	13.470.989.190,76
<b>SUPERAVID/DEFICIT ORÇAMENTÁRIO (A – B)</b>	<b>831.921.769,72</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado





#### 2.2.1.4 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nesse item, será efetuada a análise do desempenho orçamentário-financeiro, por meio de indicadores, da gestão pública do Governo do Estado de Sergipe a fim de oferecer informações acerca da utilização dos recursos públicos.

**a) Quociente de Execução da Receita: Receita Arrecadada/Receita Prevista Atualizada**

Receita Arrecadada	14.302.910.960,48	1,01
Receita Prevista Atualizada	14.167.344.865,56	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foi arrecadado o valor de aproximadamente **R\$ 1,01**, ou seja, no período, foi arrecadado aproximadamente 101,00% das receitas previstas atualizadas, caracterizando-se um excesso de arrecadação no valor de **R\$ 135.566.094,92**.

**b) Quociente de Execução da Despesa: Despesa Empenhada/Dotação Atualizada**

Despesa Empenhada	13.470.989.190,76	0,93
Dotação Atualizada	14.561.931.783,12	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** da dotação atualizada, foi executado a quantia de aproximadamente **R\$ 0,93**, ou seja, no período, foi empenhado aproximadamente 93,00% da dotação atualizada, perfazendo uma economia orçamentária no valor de **R\$ 1.090.942.592,36**.

**c) Quociente de Equilíbrio Orçamentário: Despesa Autorizada/Receita Prevista**

Dotação Atualizada	14.561.931.783,12	1,03
Receita Prevista Atualizada	14.167.344.865,56	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foram dispendidos para utilização dos recursos a quantia de aproximadamente **R\$ 1,03**, demonstrando equilíbrio orçamentário. Verifica-se, no entanto, diferença entre a Dotação Atualizada e a Receita Prevista Atualizada, no valor de **R\$ 394.586.917,56**, decorrente dos créditos adicionais abertos através de *superavit* financeiro.

**d) Quociente do Resultado Orçamentário: Receita Arrecadada/Despesa Empenhada**

Receita Arrecadada	14.302.910.960,48	1,06
Despesa Empenhada	13.470.989.190,76	



Este quociente demonstra que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, existe a quantia de aproximadamente R\$ 1,06 de receita arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **superavit** orçamentário da ordem de R\$ 831.921.769,72.

**e) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária:** Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga

Receita Orçamentária	14.302.910.960,48	<b>1,09</b>
Despesa Orçamentária Paga	13.074.071.894,28	

Este quociente demonstra que para cada R\$ 1,00 de despesa orçamentária paga, existe a quantia de R\$ 1,09 de receita orçamentária para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **superavit financeiro** da ordem de R\$ 1.228.839.066,20.

**f) Quociente da Execução Orçamentária Corrente:** Receita Corrente/Despesa Corrente

Receita Corrente	13.967.903.533,49	<b>1,13</b>
Despesa Corrente	12.321.128.492,85	

Este quociente demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa Corrente Empenhada, existe a quantia de aproximadamente R\$ 1,13 de Receita Corrente Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **superavit** orçamentário corrente da ordem de R\$ 1.646.775.040,64.

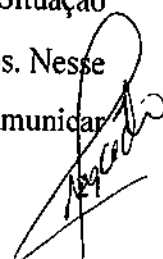
**g) Quociente da Execução Orçamentária de Capital:** Receita de Capital/Despesa de Capital

Receita de Capital	335.007.426,99	<b>0,29</b>
Despesa de Capital	1.149.860.697,91	

Este quociente demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa de Capital Empenhada, existe a quantia de aproximadamente R\$ 0,29 de Receita de Capital Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit** orçamentário de capital da ordem de R\$ (814.853.270,92).

## 2.2.2 REGULARIDADE FISCAL DO ESTADO

Nos meses de outubro, novembro e dezembro, a SETC, monitorou todos os CNPJs relacionados ao Estado de Sergipe. Para alcançar tal objetivo, os instrumentos utilizados para acompanhar a regularidade fiscal do Estado, em sentido amplo, foram os Relatórios de Situação Fiscal, emitidos pela RFB/MF e os Relatórios advindos do CAUC/STN/MF, dentre outros. Nesse contexto, importa salientar que o surgimento de pendências obriga a SETC comunicar



formalmente ao Gestor da respectiva Secretaria a existência de pendência no Relatório de Situação Fiscal/RFB/PGFN e/ou no CAUC/STN, bem como solicitar-lhe a adoção de rápidas providências para sanar o apontamento negativo, que impede o Estado de obter ou renovar a Certidão Negativa de Débitos - CND.

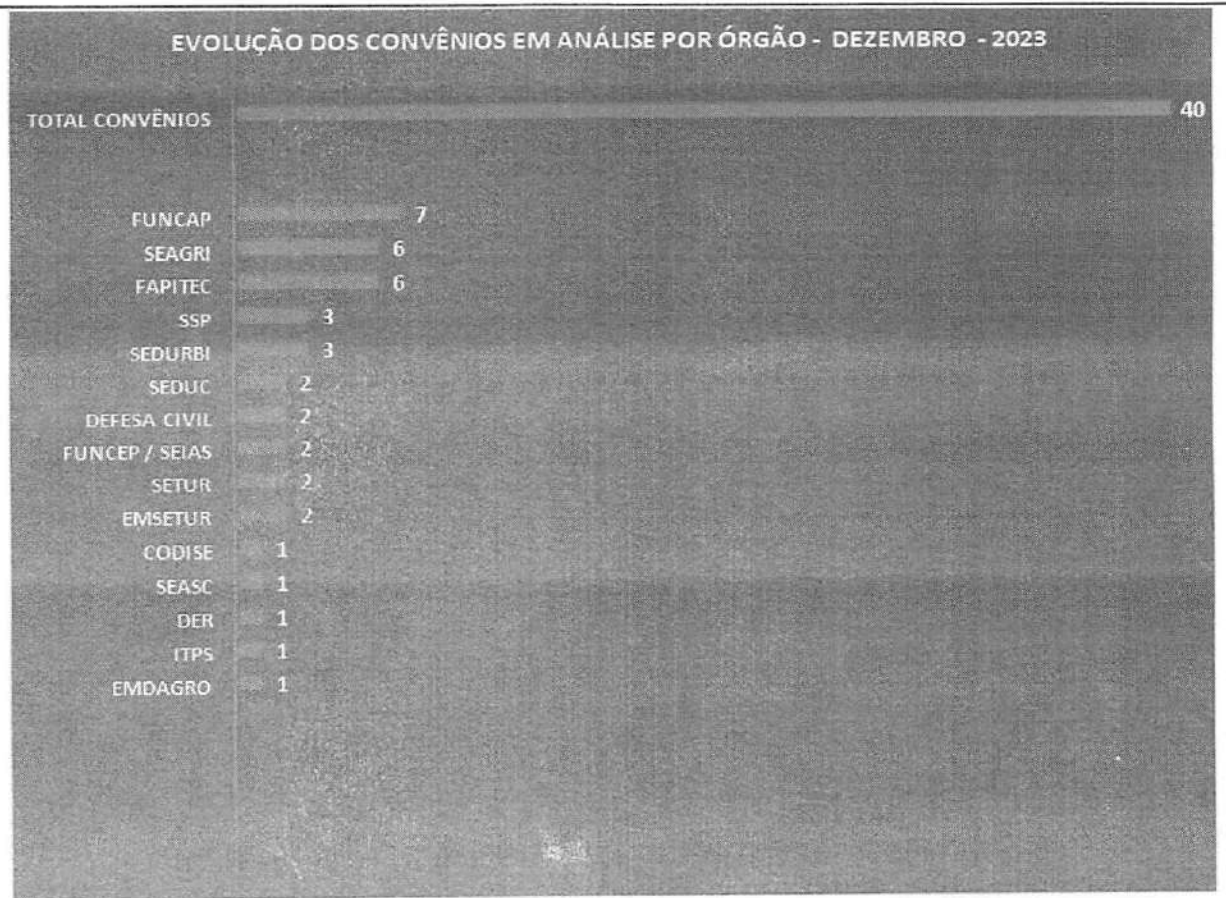
Em muitas ocasiões, a SETC interage com os servidores da secretaria onde se localiza a pendência, orienta-os e intercede junto à RFB a fim de solver a sobredita pendência. É um trabalho incansável e desafiador a manutenção da regularidade fiscal de diversos Órgãos e Entidades Estaduais, que compõem o Estado de Sergipe, sobretudo com os adventos do eSocial e da EFDREInf sistemas estes implantados pela Receita Federal do Brasil.

Cabe destacar que, neste momento, vem requerendo atenção da SETC o número de convênios em situação de análise, segundo revelam os dados do i-Gesp. Neste sentido, eis abaixo a representação gráfica da situação dos respectivos convênios por Órgão, com a respectiva evolução, no quarto trimestre de 2023:



Fonte: I-Gesp

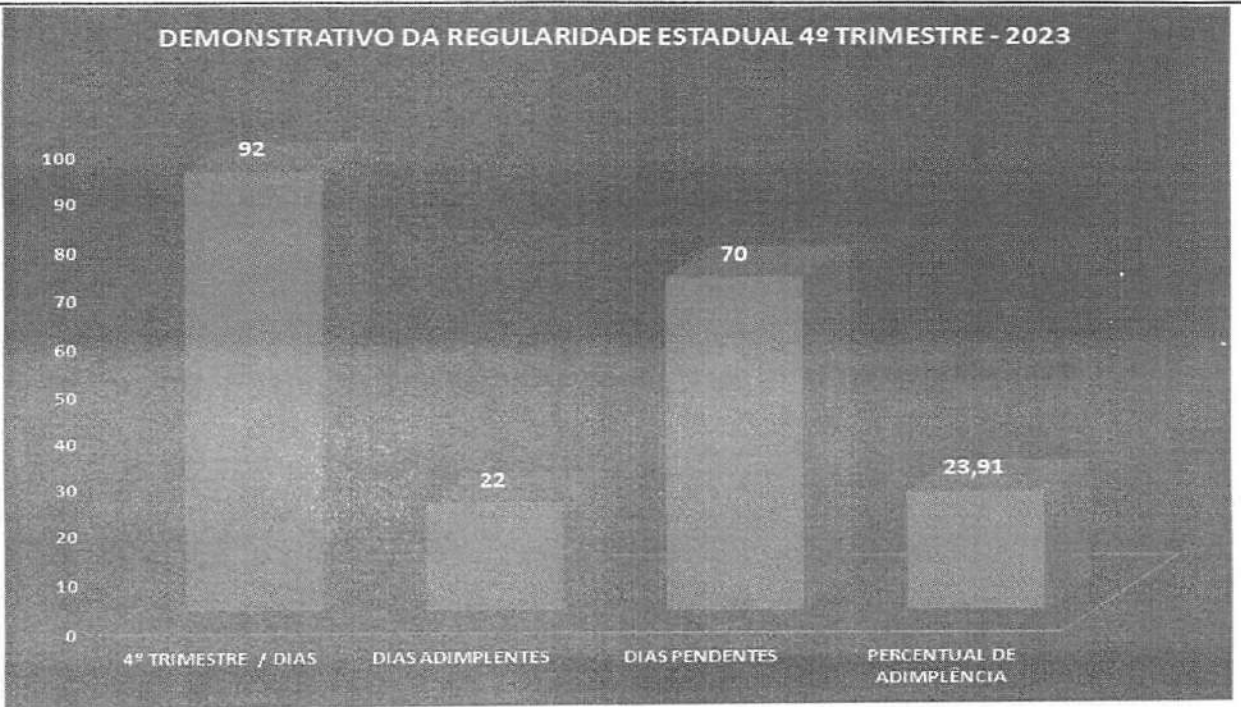




Fonte: I-Gesp

Em relação ao acompanhamento diário dos relatórios extraídos do CAUC/STN, torna-se possível observar a regularidade fiscal da **Administração Direta e Indireta do Poder Executivo**, bem como a dos Poderes Judiciário, Legislativo e do TCE, e ainda dos Órgãos essenciais à Justiça: Ministério Público do Estado - MPE e da Defensoria Pública do Estado - DPE/SE.

Para constatar o acompanhamento dessas pendências, força se faz observar o comportamento dos Órgãos e das Entidades durante o terceiro trimestre deste ano, conforme retratam a representação gráfica e o quadro demonstrativo abaixo:



OUTUBRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 - CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS		CEHOP, DESENVOLVE-SE, FHS	31
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CEHOP, EMGETIS, FHS, FUNCAP	
3.2.3 - ENCAMINHAMENTO DO RREO AO SIOPE	SEDUC		
CP-PATRONAL	SES, SEMAC, SSP, SETC, SEIUC, SEDURBI, PM, SEEL, TJ, SECC, SEAGRI		
OMISSÃO DCTFWEB	SES, SSP		
NOVEMBRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.3 - CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS		DESENVOLVE-SE, FHS	10
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CEHOP, CODERSE, CODISE, EMGETIS, FUNCAP, FHS	
CP - PATRONAL	SES, SECC, SEDURBI, PM, SEEL		
OMISSÃO DCTFWEB	SEAD		
DEZEMBRO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 - REGULARIDADE QUANTO ATRIBUTOS FEDERAIS		CODISE, CODERSE, CEHOP, DER, DETRAN, EMGETIS, FHS, IOSE, HEMOLACEN, IPES PREVIDENCIA,	29
1.3 - CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS		FHS	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CEHOP, EMGETIS, FUNCAP, FHS	
3.2.3 - ENCAMINHAMENTO DO RREO AO SIOPE	SEDUC		
CP - PATRONAL	SES, TJ, MP, TCE, SECC, SEFAZ, SEDUC, SEDURBI, SEAGRI, CBM, SEEL,		
DCTFWEB	SEMAC, PM		
TOTAL			70

FONTE: RELATÓRIO DA SITUAÇÃO FISCAL-RFB e RELATÓRIO CAUC/STN

*[Handwritten signature]*  
24



Nesse contexto, saliente-se que a SETC criou o **Índice de aferição da Regularidade dos Órgãos da Administração Direta e das Entidades que compõem a Indireta**, cujo objetivo visa demonstrar, diariamente, e, em tempo real, a quantidade de dias em que determinado Órgão ou definida Entidade permaneceu em situação de irregularidade.

A utilização dessa metodologia permite atribuir a esses Órgãos ou a tais Entidades um percentual relacionado aos dias que compõe os meses de outubro, novembro e dezembro de 2023.

Para melhor ilustrar a aplicação desse método, eis, na sequência, o **Índice de Regularidade** do quarto trimestre de 2023, com os respectivos números acumulados nos meses anteriores.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

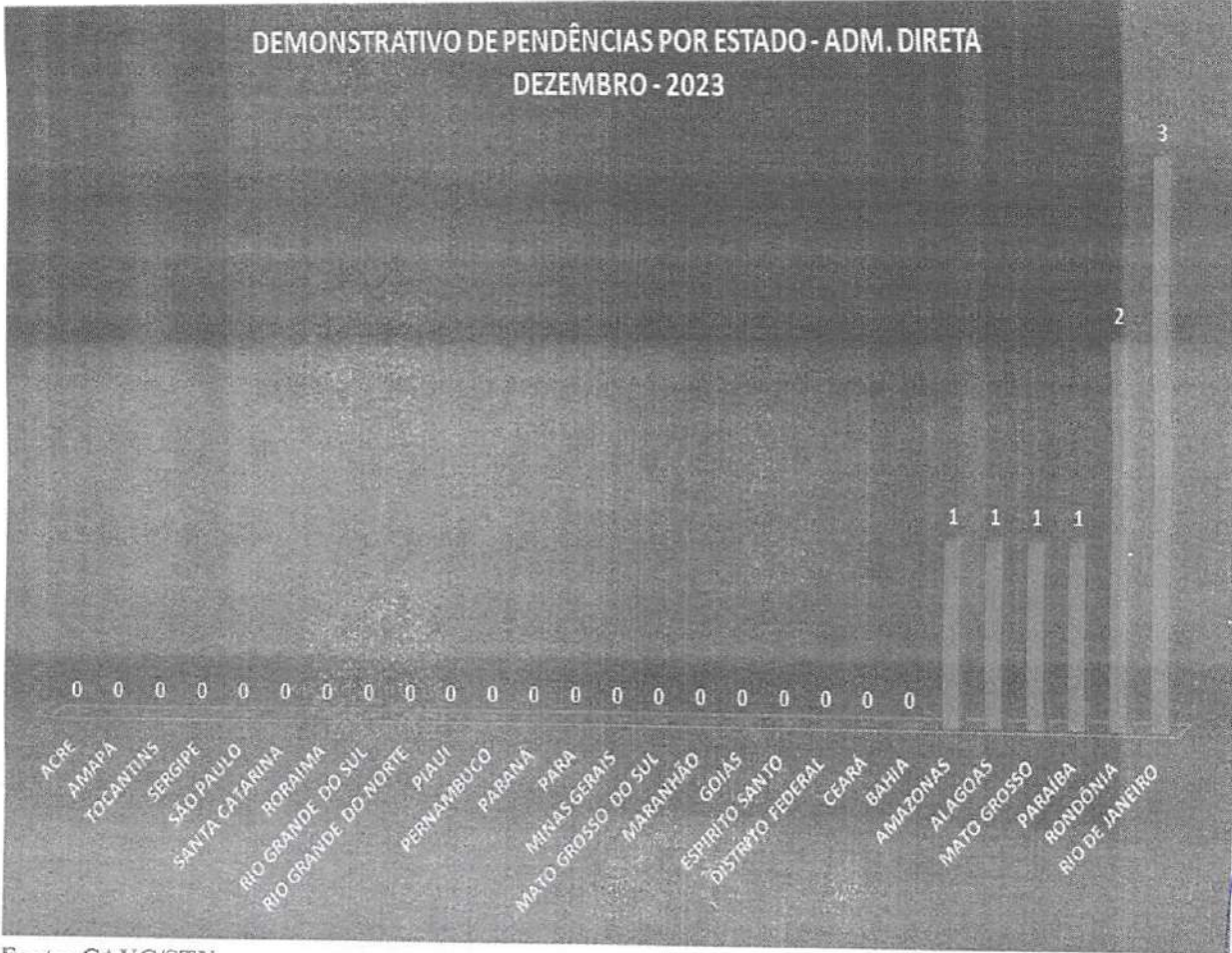
GOVERNO DE SERGIPE						Referência
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						31/12/2023
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE - 2023						31/12/2022
Nº ORDEM	ÓRGÃOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	Nº / DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	CBM	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE	365	307	58	84,11
2	HPM	HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE		351	14	96,16
3	VGE	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO		352	13	96,44
4	DPE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE		224	141	61,37
5	MP/SE	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE		345	20	94,52
6	PGE	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO		360	5	98,63
7	PM / SE	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE		113	252	30,96
8	SEAD	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO		199	166	54,52
9	SEAGRI	SECRETARIA DE EST. DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL		150	215	41,10
10	SEASC	SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO		224	141	61,37
11	SECC	SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL		288	77	78,93
12	SEDETEC	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		326	39	89,32
13	SEDUC	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA		171	194	46,85
14	SEDURBI	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA		135	230	36,55
15	SEEL	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER		206	159	56,44
16	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		207	158	56,71
17	SEJUC	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR		175	190	47,95
18	SEMAC	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E AÇÕES CLIMÁTICAS		138	227	37,81
19	SES	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		124	241	33,97
20	SETC	SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE		318	47	87,12
21	SETEEM	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E EMPREENDEDORISMO		320	45	87,67
22	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO		249	116	68,22
23	SSP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		245	120	67,12
24	ALESE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		335	30	91,78
25	TCE	TRIBUNAL DE CONTAS		228	137	62,47
26	TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA		293	72	80,27

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA



GOVERNO DE SERGIPE						Referência
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						31/12/2023
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE - 2023						31/12/2022
Nº ORDEM	SIGLA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	Nº DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	ADEMA	ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	365	364	1	99,73
2	AGRESE	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DO ESTADO DE SERGIPE		364	1	99,73
3	BANESE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.		364	1	99,73
4	CEHOP	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS		75	290	23,55
5	CODISE	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE		362	3	99,16
6	COHIDRO	COMPANHIA DE DESENV. DE RECURSOS HÍDRICOS DE SERGIPE		347	18	95,07
7	DEPEC	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL		365		100,00
8	DER	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SERGIPE		223	142	61,10
9	DESENVOLVE-SE	AGÊNCIA SERGIPE DE DESENVOLVIMENTO S.A.		296	69	81,10
10	DESO	CIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE S.A		365		100,00
11	DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		365		100,00
12	EMDAGRO	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE		365		100,00
13	EMGETIS	EMPRESA SERGIPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		32	333	8,77
14	EMSETUR	EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO		365		100,00
15	FAPITEC/SE	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICO/SE		365		100,00
16	FHS	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE		16	349	4,38
17	FSPH	FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA		365		100,00
18	FUNCAP	FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÉ DE SERGIPE		32	333	8,77
19	FUNESA	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE		365		100,00
20	HEMOLACEN	INSTITUTO DE HEMOTERAPIA E DE ATIVIDADES DE LABORATÓRIO CENTRAL		365		100,00
21	IPESAÚDE	INSTITUTO DE PROM E DE ASSIST A SAÚDE DE SERV DO ESTADO DE SERGIPE		365		100,00
22	IPES PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		365		100,00
23	ITPS	INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DO ESTADO DE SERGIPE		365		100,00
24	JUCESE	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE		365		100,00
25	PRONESE	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SERGIPE		365		100,00
26	RENASCE	FUNDAÇÃO RENASCE DO ESTADO DE SERGIPE		365		100,00
27	SEGRASE	SERVIÇOS GRÁFICOS SERGIPE		365		100,00
28	SERGÁS	SERGIPE ENERGIAS RENOVÁVEIS E GÁS S.A.		365		100,00
29	SERGIPE PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		365		100,00

Na sequência, a representação gráfica apresenta o demonstrativo da regularidade fiscal na qual se revela a destacada situação do Estado de Sergipe no cenário nacional.



Fonte: CAUC/STN

*[Assinatura]*

Ao olhar atentamente esse gráfico, observa-se a regularidade dos demais Estados do Brasil e, logo se percebe que a SETC se desdobrou em várias frentes de atuação, tanto interna como externamente, para que o Estado de Sergipe pudesse ostentar destacada posição.

Por oportuno, ressalte-se que o Estado de Sergipe se encontra, no momento, amparado por medidas liminares, inclusive a relacionada ao Convênio Federal nº. 777.189/2012, envolvendo a Fundação Palmares/MEC.

### **A SETC EM INTERAÇÃO COM OS OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO**

A participação da SETC em eventos realizados pelo Grupo de Gestores de Finanças - GEFIN proporciona a aproximação do Governo com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Receita Federal do Brasil - RFB e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Nestes encontros, em que há, principalmente, a participação e o envolvimento de representantes da SEFAZ dos diversos Estados da Federação, os debates sobre assuntos importantes para o bom desempenho dos Estados e as discussões, por meios de painéis realizados pelo Grupo de Trabalho - Regularidade Fiscal, Plataforma + Brasil (SICONV), atualmente, Transferegov.br, buscam auxiliar os secretários de fazenda nas decisões a serem formuladas no Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ. Neste trimestre, notadamente, nos meses de novembro e dezembro, a SETC propiciou visitas técnicas, respectivamente, aos Estados de Pernambuco, em Recife, e Bahia, em Salvador, com essas trocas de informações com os outros técnicos, trazemos na bagagem uma visão proativa, diferentemente da reativa em que as pendências são solucionadas na medida em que estas surgem nos relatórios da RFB e da STN/CAUC.

### **AS PARCERIAS COM ÓRGÃOS EXTERNOS**

Neste exercício fiscal, importa citar que o Estado vem buscando parcerias, celebrar convênios, termos de colaboração com muitos Órgãos e Entidades, Instituições financeiras, tais como: RFB, PGFN, CEF, BB, ECT, ANATEL, INMETRO/ITPS, SERASA, CRC/SE, e outros. Este modelo é imprescindível para o estabelecimento de uma política de parceria.

### **CAPACITAÇÕES**

A SETC realizou capacitações por meio de parcerias com a Receita Federal do Brasil - RFB e o Ministério Público do Trabalho - MPT.





No dia 17 de novembro no Teatro Atheneu aconteceu a capacitação para os servidores estaduais com o tema: “EFD-REINF e a Retenção Obrigatória de Tributos – Órgão Públicos”.

Já no dia 22 de novembro no auditório da SETC, oferecemos orientações aos servidores estaduais sobre os “Novos Procedimentos com o FGTS Digital”.

## **2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

A Auditoria Governamental é a atividade de controle interno que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos Órgãos e das Entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da aplicação de recursos públicos por pessoas físicas e jurídicas.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC realizou, no quarto trimestre de 2023, diversas ações de auditoria com o objetivo de cumprir a sua missão institucional, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

### **2.3.1 AUDITORIAS ESPECIAIS**

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC realizou auditorias com a finalidade de avaliar os procedimentos e mecanismos de controle adotados por instituições públicas do Estado; certificar a respectiva regularidade, por meio de exames de documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos e verificar a eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil, com objetivo de auxiliar os gestores na sua atuação administrativa de gerência e otimização dos resultados obtidos, por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos, aperfeiçoar controles e aumentar a responsabilidade gerencial, promovendo o compromisso de realizar a prestação de contas transparente, sobretudo, em decorrência da responsabilidade recebida, por sua atuação pública, pela sociedade (accountability).

No quarto trimestre de 2023, foi iniciada 1 (uma) auditoria especial, cuja situação se encontra em análise, a saber:

#### **I – AUDITORIA NA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

**OBJETIVO:** Analisar a DENÚNCIA sob PROTOCOLO Nº 26872/23-2, recebida através do SE/Ouv, aberta em 28/09/2023 sobre as condições da MERENDA ESCOLAR praticada no

Colégio Estadual Manoel Messias Feitosa, no município de Nossa Senhora da Glória/Se, na circunscrição da DRE-9.

Portaria para Execução de Serviços: PES Nº 009/2023, de 22 de novembro de 2023.

**SITUAÇÃO:** Em análise.

## 2.4 TRANSPARÊNCIA ESTADUAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

### 2.4.1 TRANSPARÊNCIA ESTADUAL

Com o objetivo de ampliar cada vez mais a Transparência Ativa da Gestão Governamental, o Governo de Sergipe promove, continuamente, a inserção de novos conteúdos de informações dos atos e fatos da Administração Estadual, disponibilizados no **Portal da Transparência de Sergipe**, no endereço eletrônico: [www.transparencia.se.gov.br](http://www.transparencia.se.gov.br), em cumprimento as determinações legais, em especial à Lei Complementar Federal n. 131, de 27 de maio de 2009.



### 2.4.2. MONITORAMENTO DE PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

À SETC, como órgão central do sistema de controle interno, compete o incremento da transparência da gestão pública estadual, a orientação, o acompanhamento e a proteção da gestão estadual.

Desse modo, acompanha e monitora os portais de transparência dos órgãos e entidades do poder executivo, com o objetivo de ampliar e melhorar a disponibilidade das informações ofertadas à sociedade e consequentemente um melhor resultado nas avaliações dos órgãos de controle.



Realiza constantes reuniões com os responsáveis pelos portais de transparência dos Órgãos do Poder Executivo, com o intuito de orientar e seguir a padronização dos sítios eletrônicos e dirimir as eventuais dúvidas quanto à origem e confiabilidade das informações disponibilizadas.

### **TAXA DE INCREMENTO DA TRANSPARÊNCIA**

Em decorrência do Programa Nacional de Transparência Pública aplicado de forma sistêmica pela ATRICON - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, na qual uniformizou a transparência pública para todos os poderes e órgãos públicos, o Governo de Sergipe não avançou no índice de incremento da transparência programado 2023, ocupando o nível intermediário. Por se tratar de grandes mudanças estruturantes que envolvem infraestrutura de TI e ampliação do quadro funcional da SETC, o Estado de Sergipe não ficou bem colocado.

## **2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE**

### **2.5.1 APRESENTAÇÃO**

A Ouvidoria Geral do Estado - OGE, órgão da Estrutura Administrativa do Estado de Sergipe, criada pela Lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 2018, subordinada diretamente ao Secretário de Estado da Transparência e Controle, e ao Governador do Estado, tem por finalidade, com vistas à promoção do exercício da cidadania, receber, encaminhar e acompanhar manifestações, sugestões, reclamações e denúncias dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, em obediência ao Decreto Governamental Nº 40.370 de 30 de abril de 2019, e pedidos de Acesso à Informação, na forma da Lei (Federal) nº 12.527/2011 e demais normas regulamentares, assim como recomendar ações e medidas administrativas e legais contra o exercício negligente ou abusivo de cargos, empregos e funções do Poder Executivo Estadual, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos integrantes da Administração.

O Relatório Estatístico de Atendimentos da OGE, Órgão gerenciador da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, é um importante instrumento para o acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado de Sergipe.

Todas as informações contidas neste relatório são oriundas das manifestações apresentadas às ouvidorias setoriais dos órgãos/entidades que compõem a referida Rede. O relatório tem como base de referência a análise estatística das manifestações registradas através do Sistema SE-OUV.

Atualmente a Rede de Ouvidorias é composta por 50 unidades de Ouvidorias Setoriais, que representam 100% dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.



Este relatório, portanto, sintetiza a almejada transparência da Administração Pública, oferecendo informações estratégicas para os gestores e dados objetivos para o controle social e o incentivo à participação popular, favorecendo a prática de uma gestão democrática, na medida em que dá significado e valor a cada manifestação registrada, tomada como contribuição para a melhoria de adoção de políticas públicas e qualificação da prestação de serviços.

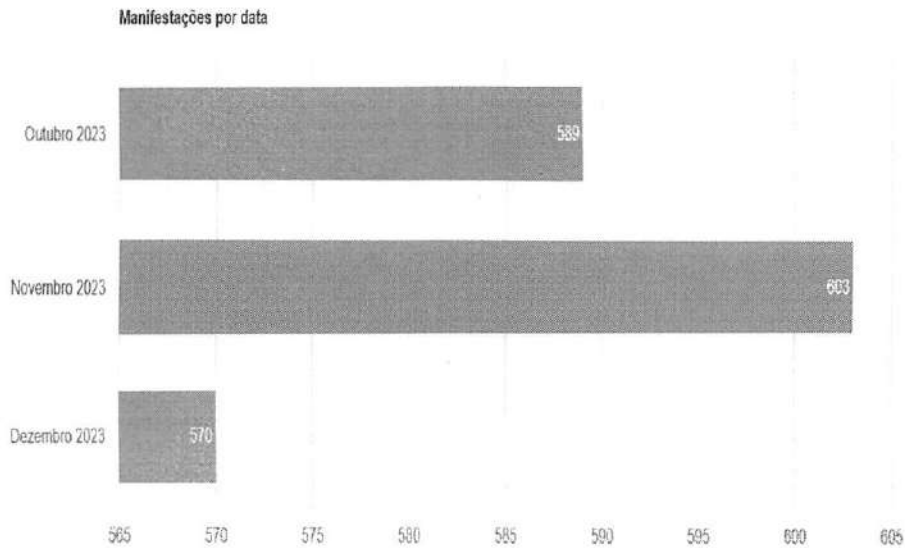
## 2.5.2 ATIVIDADES DESEMPENHADAS

Com o advento da Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº. 12.527/2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a SETC/SE vem acompanhando, diariamente, o atendimento dos pedidos de informações apresentados aos Órgãos e às Entidades da Administração Estadual, por meio do Serviço Eletrônico de Atendimento ao Cidadão - eSic, disponibilizado no endereço eletrônico [www.se-ouv.se.gov.br/esic](http://www.se-ouv.se.gov.br/esic) com o objetivo de proteger a gestão estadual e, por outro lado, assegurar a prevalência do interesse público, garantindo o livre acesso às informações demandadas pela sociedade.

O presente relatório apresenta gráficos relacionados aos atendimentos realizados pela Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, que utilizam o Sistema SE-OUV como ferramenta de comunicação oficial para o recebimento das manifestações de ouvidoria e dos pedidos de Acesso à Informação/LAI, demandados pelos cidadãos/usuários.

### Gráfico 1 – Manifestações por mês

O **gráfico 1** apresenta o número de manifestações por mês. Entre os dias 01 de outubro a 31 de dezembro do corrente, os cidadãos/usuários registraram **1.762 manifestações** junto ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual (SE-OUV). No mês de outubro foram realizados **589** registros, em novembro **603**, e em dezembro **570** manifestações.

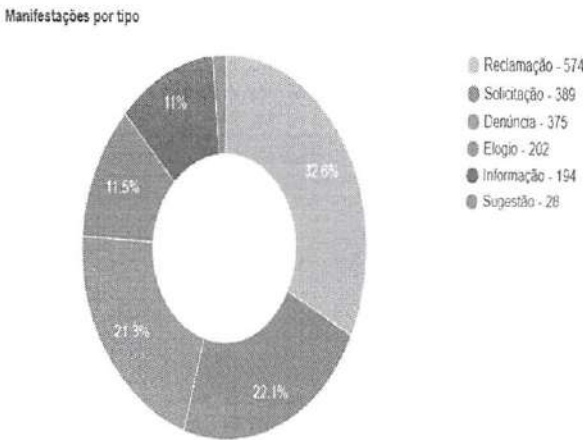


Fonte: Sistema SE-OUV

**Gráfico 2 – Por Tipo de Manifestação**

Conforme o **gráfico 2**, a tipologia que apresentou o maior número de manifestações entre 01 de outubro a 31 de dezembro foram as reclamações com **574** registros, representando (32.6%) das demandas.

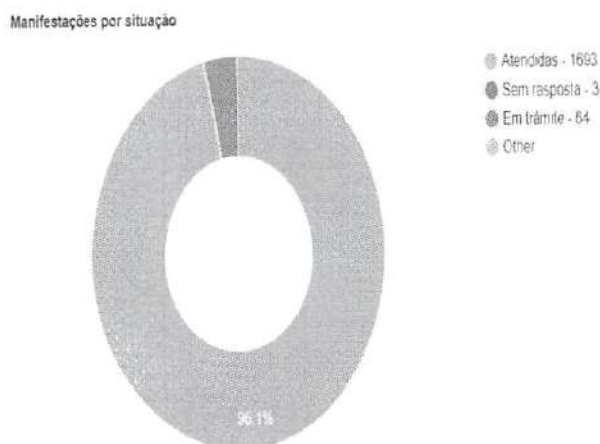
Com relação as outras tipologias, foram realizadas **389** solicitações que representaram (22.1%), **375** denúncias (21.3%), **194** pedidos de Acesso à Informação/LAI (11%), **202** elogios (11.5%) e sugestões foram **28** representando (1.6%) das manifestações.





### Gráfico 3 – Por Situação da Manifestação

Com relação aos atendimentos das manifestações, o **gráfico 3** aponta que os cidadãos/usuários realizaram **1.762** manifestações, dessas, **1.693** apresentam o *status* de *Atendidas*, representando (96.1%) de resolutividade nos atendimentos, **3** estão com *status* *Sem Resposta* (0.2%), **64** dessas manifestações encontram-se com *status* *Em Trâmite* (3.6%).



### Gráfico 4 – Por Canal de Atendimento

Conforme se apresenta no **gráfico 4**, o canal de atendimento mais utilizado pelos cidadãos/usuários foi a Internet/Sistema. Desses manifestantes, **1.125** realizaram cadastro no sistema SE-OUV para envio de suas manifestações, representando (63.8%) dos atendimentos de ouvidoria. **40** cidadãos realizaram suas manifestações através do telefone, o que representa (2.3%) dos atendimentos. **542** atendimentos foram realizados presencialmente, representando (30.8%), e **55** atendimentos foram realizados através de meio postal (3.1%).

*no cad*

Manifestações por canal de atendimento

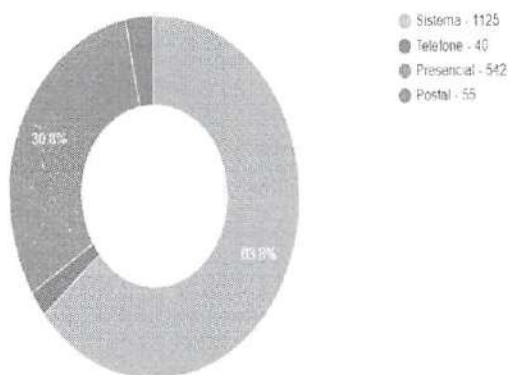


Gráfico 5 – Por Gênero

Quanto ao perfil dos manifestantes por gênero, o **gráfico 5** mostra que **467** manifestações foram realizadas por cidadãos/usuários do gênero Masculino, o que representa (26.5%) do público. **553** manifestações foram registradas pelo gênero Feminino, representando (31.4%) das manifestações. **732** manifestações foram realizadas por público Não informado, o que representa (41.5%) dos registros de atendimento, e 10 demandas foram realizadas por pessoa física opção Outro, que equivale a (0.6%) dos registros.

Sexo

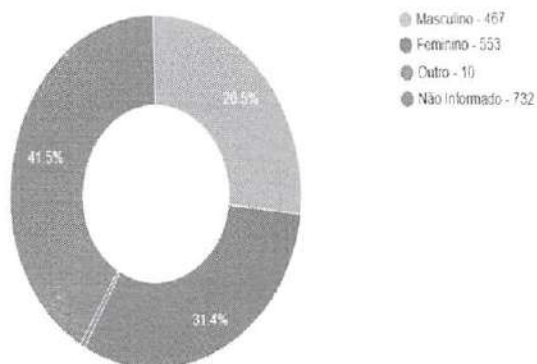
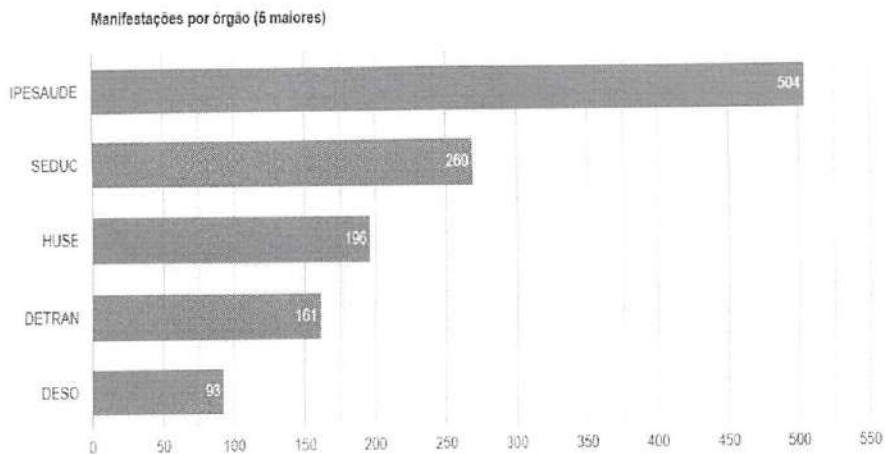


Gráfico 6 – Por Órgão/Entidade

*[Assinatura]*  
34

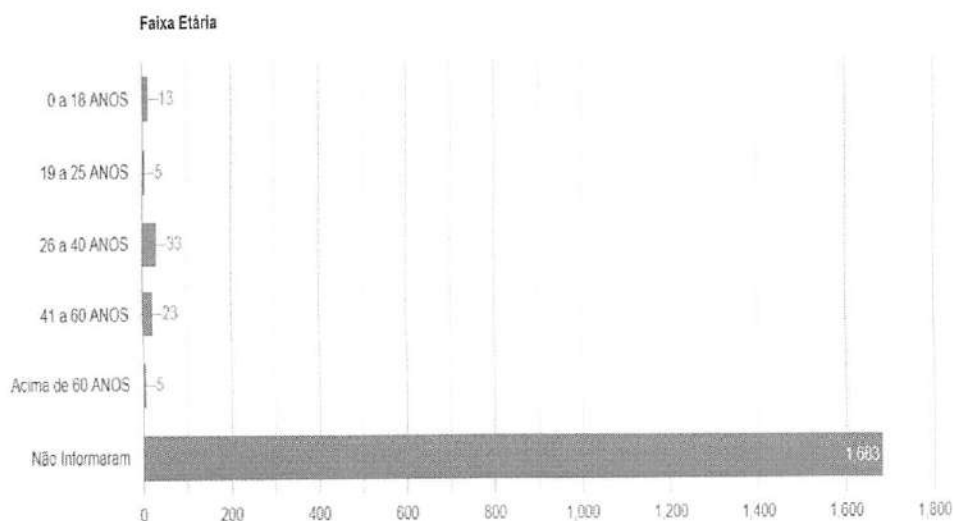
No **gráfico 6**, estão representados os órgãos/entidades que foram mais demandados nos meses de abril a junho deste ano. Os 5 (cinco) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual que mais registraram manifestações foram: O IPESAÚDE com **504** das manifestações, a SEDUC com **269**, o HUSE com **196** das manifestações, o DETRAN com **161** dos registros, e a DESO com **93** atendimentos.



**Gráfico 7 – Por Faixa Etária**

Quanto à faixa etária dos manifestantes, o **gráfico 7** mostra que **1.683** cidadãos/usuários preferiram não informar a idade. Dos usuários que informaram, **13** tinham idade entre (0 a 18 anos), **5** de (19 a 25 anos), **33** manifestantes tinham de (26 a 40 anos), **23** de (41 a 60 anos) e **5** dos manifestantes estão acima dos (60 anos).



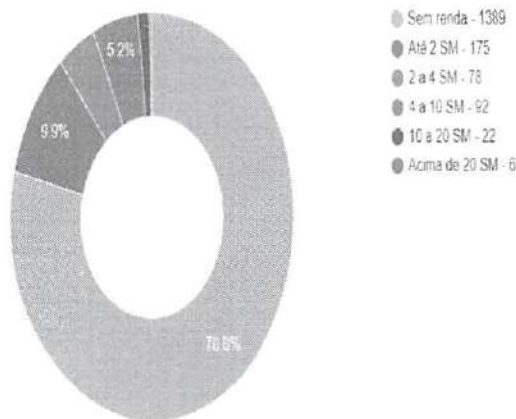


**Gráfico 8 – Por Renda**

Com relação a renda dos manifestantes, o **gráfico 8** mostra que, **1.389** dos usuários declararam não possuir renda, o que equivale a (78.8%) dos manifestantes. **175** informaram receber até dois salários (9.9%), **78** recebem de dois a quatro salários (4.4%), **92** recebem de quatro a dez salários (5.2%), **22** informaram receber de dez a vinte salários (1.2%) e **6** recebem acima de vinte salários-mínimos (0.3%).

*[Assinatura]*

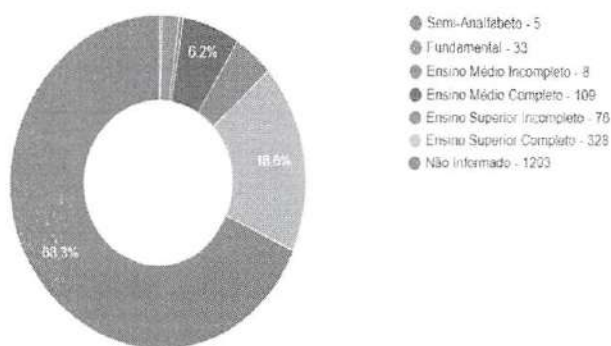
Renda



**Gráfico 9 – Por Nível de Escolaridade**

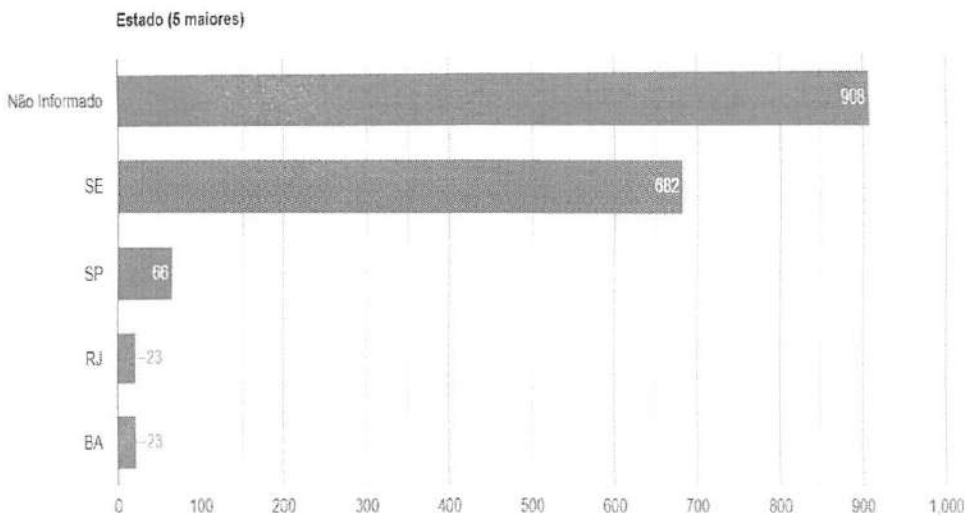
O **gráfico 9** demonstra o nível de escolaridade dos cidadãos/usuários que utilizaram a Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual. **1.203** dos manifestantes não informaram sua escolaridade, o que representa (68.3%) dos usuários. Observa-se no gráfico abaixo que o público que informou seu nível de escolaridade, prevalecem os usuários com Ensino Superior Completo com **328** registros (18.6%), com Ensino Superior Incompleto são **76** (4.3%), Ensino Médio Completo foram **109** (6.2%), Ensino Médio Incompleto foram **8** (0.5%), Ensino Fundamental foram **33** (1.9%) e Semianalfabetos foram, representando (0.3%).

Escolaridade



**Gráfico 10 – Por Ente Federativo**

O **gráfico 10** apresenta os entes federativos que mais demandaram o Sistema de Ouvidorias do Estado de Sergipe (SE-OUV). Dos manifestantes, **908** preferiram não informar sua localização. **682** são oriundos de Sergipe, **66** são do Estado de São Paulo, **23** do Rio de Janeiro, e **23** da Bahia.



## 2.6 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO PODER EXECUTIVO

Por meio do Decreto Estadual nº 41.006, de 05 de outubro de 2021, foi instituída a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo, que dispõe sobre o conjunto de diretrizes, projetos, ações e metas estratégicas, para a adequação dos atos de tratamento de dados pessoais realizados no âmbito da administração pública estadual direta e indireta do Poder Executivo Estadual, ressalvadas as entidades de direito privado que atuam em regime concorrencial, em conformidade com a Lei (Federal) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais –LGPD.

### CAPACITAÇÃO

A SETC em parceria com a PGE no dia 10 de outubro realizou capacitação para os servidores públicos estaduais sobre “**Padronização das Publicações dos Atos Institucionais**”.

## 2.7 AVALIAÇÃO DO “PROGRAMA DE INTEGRIDADE”

38



Por meio do Decreto Estadual nº 41.008, de 06 de outubro de 2021, foi regulamentada a Lei nº. 8.866/2021, que instituiu a obrigatoriedade de instituição de “Programa de Integridade” nas Empresas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

O Decreto Estadual nº 41.008/2021, atribuiu a SETC a competência para avaliar os Programas de Integridade apresentados, bem como regulamentar os procedimentos e diretrizes de avaliação.

Nesse sentido, no dia 06 de janeiro de 2022, a SETC publicou a Portaria nº 001/2022 que dispõe sobre os procedimentos e diretrizes de avaliação quanto à aplicação e efetividade do “Programa de Integridade” das pessoas jurídicas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

A SETC avaliou quanto à aplicação e efetividade do “Programa de Integridade” das pessoas jurídicas que contrataram com a Administração Pública e que possuem contratos em valores iguais ou superiores aos indicados no dispositivo estadual. Desse modo, certificamos 41 empresas que alcançaram os percentuais necessários à obtenção do Certificado.

## **2.8 UNIDADE SETORIAL DE CONTROLE INTERNO - USCI**

### **TAXA DE EFETIVIDADE DE UNIDADE SETORIAL DE CONTROLE INTERNO**

Atualmente a Rede das Unidades Setoriais de Controle Interno -USCI do Governo estão distribuídas nos 43 (quarenta e três) órgãos da Administração Direta e Indireta como Secretarias, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, são unidades de apoio estratégico e especializado e têm como principal objetivo apoiar a SETC no cumprimento de sua missão institucional.

Conforme a Lei n.9156/2023, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica da administração pública estadual e conforme sua composição e distribuição em administração direta e indireta.

#### **I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA:**

1. Vice-Governadoria Estadual – VGE;
2. Secretaria de Estado da Casa Civil – SECC;
3. Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC;
4. Secretaria de Estado da Administração – SEAD;
5. Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ;



- 
6. Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEASC;
  7. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEDUC;
  8. Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEEL;
  9. Secretaria de Estado da Saúde – SES;
  10. Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP;
  11. Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor – SEJUC;
  12. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia – SEDETEC;
  13. Secretaria do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo – SETEEM;
  14. Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca – SEAGRI;
  15. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura – SEDURBI;
  16. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas – SEMAC;
  17. Secretaria de Estado do Turismo – SETUR;
  18. Procuradoria-Geral do Estado – PGE;

## **II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:**

1. Junta Comercial do Estado de Sergipe – JUCESE;
2. Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe – SERGIPEPREVIDÊNCIA;
3. Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe – IPESAÚDE;
4. Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe – ITPS;
5. Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe – DER/SE;
6. Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA;
7. Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe – DETRAN/SE;
8. Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE;
9. Fundação Renascer do Estado de Sergipe – RENASCER;
10. Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe – FUNCAP/SE;
11. Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC/SE;
12. Fundação de Saúde Parreiras Horta – FSPH; ;
13. Fundação Estadual de Saúde – FUNESA;



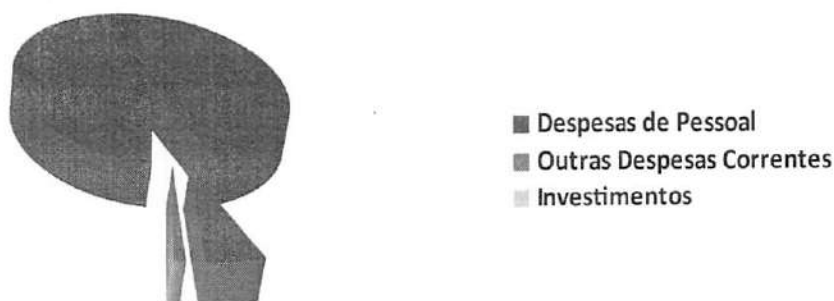
40

14. Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO;
15. Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe – PRONESE;
16. Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação – EMGETIS;
17. Imprensa Oficial de Sergipe – IOSE;
18. Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE;
19. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CODISE;
20. Sergipe Energias Renováveis e Gás S.A. – SERGÁS;
21. Companhia de Desenvolvimento Regional de Sergipe – CODERSE;
22. Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO;
23. Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas – CEHOP;
24. Empresa Sergipana de Turismo S.A. – EMSETUR;
25. Polícia Militar do Estado de Sergipe – PMSE;
26. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe – CBMSE;
27. Hospital da Polícia Militar – HPM.

### 3. GESTÃO DA SETC

#### 3.1 DO ORÇAMENTO

Para o exercício 2023, a Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 9.155, de 07 de janeiro de 2023, fixou as despesas para Secretaria de Estado da Transparência e Controle, no montante de R\$ 4.000.000,00, assim distribuídos:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

#### 3.2 PROFISCO II

O Estado de Sergipe e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram o Contrato de Empréstimo nº 5411/OC-BR, visando o financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Sergipe – PROFISCO II/SE, sendo este executado pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. O PROFISCO II/SE, passou a fazer parte do Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil, Convênio de Linha de Crédito



Condicional para projetos de Investimentos (CCLIP) nº BR-X-1039, que tem por objetivo contribuir para a sustentabilidade fiscal por meio da modernização da gestão fiscal por meio de seus 3 componentes.

A SETC participa do PROFISCO II/SE sendo responsável por 2 subprodutos, a saber:

**PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE SERGIPE  
PROFISCO II SE**

**Componente 1. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal.** Melhorar o desempenho da governança, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados; a mitigação dos riscos fiscais; o fortalecimento dos mecanismos de transparência e melhoria da prestação de serviços.

**NOTA TÉCNICA**

**PRODUTO 01 – MODELO DE GOVERNANÇA PÚBLICA IMPLANTADO:**

**S01 – Sistemática de Governança do Estado Implantada;**

**S02 – Sistemática de Gestão por Resultados da SEFAZ Implantada;**

**S03 – Sistemática de Controle Interno Implantada.**

Produto 01 - Modelo de Governança Pública Implantado. **S03 – Sistemática de Controle Interno Implantada.**

**SUBPRODUTO: S03 – Sistemática de Controle Interno Implantada**

**CUSTO DO SUBPRODUTO**

Valor total do Subproduto: R\$ 7.125.000 / US\$ 1.425.000 (câmbio utilizado 1 USD = 5 BRL)

**NOTA TÉCNICA**

**PRODUTO 05 – MODELO DE TRANSPARÊNCIA E CIDADANIA FISCAL IMPLANTADO:**

**S01 – Portal da Transparência Estadual Implantado;**

**S02 – Programa de Educação Fiscal Implan**

Produto 5 – Modelo de Transparência e Cidadania Fiscal Implantado. **S01 – Portal da Transparência Estadual Implantado.**

**SUBPRODUTO: S01 – Portal da Transparência Estadual Implantado**

**CUSTO DO SUBPRODUTO**

Valor total do Subproduto: R\$ 956.000 / US\$ 239.000 (câmbio utilizado 1 USD = 5 BRL)



### **3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

A SETC participa do Planejamento Estratégico do Governo para promover a excelência na prestação dos serviços públicos, fortalecer o planejamento governamental e inovar na gestão, com foco em transformação digital, valorização do servidor e produção de resultados à sociedade.

Desse modo, ampliando o protagonismo do cidadão, aperfeiçoando os mecanismos de participação e controle social e fortalecendo a articulação com os municípios e as relações institucionais.

Tendo como objetivo geral a implantação do Programa de Integridade e Compliance do Estado e fomentar o Controle Social através dos mecanismos de transparência.

O Projeto P.93. Promoção de Transparência e Integridade, possui 10 metas que estão em fase de andamento e suas entregas estão distribuídas entre os anos de 2023, 2024, 2025 e 2026.

Em síntese, o relatório se propôs a demonstrar as atividades finalísticas realizadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, em cumprimento às competências legalmente atribuídas.

#### **RELAÇÃO DA METAS ESTABELECIDAS PARA O PERÍODO DE 2023-2026**

**M.93.01. IMPLANTAR PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

**M.93.02. APROVAR O MARCO REGULATÓRIO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE ESTADUAL**

**M.93.03. ELABORAR O CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO SERVIDOR PÚBLICO E DA ALTA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE**

**M.93.04. CONTRATAR EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO DE CONTROLE INTERNO**

**M.93.05. ELABORAR E NORMATIZAR A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E DE FORTALECIMENTO DA REDE ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA**

**M.93.06. CONTRATAR CONSULTORIA PARA IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE TRANSPARÊNCIA E DA SISTEMÁTICA DE OUVIDORIA DO ESTADO**



**M.93.07.** CONTRATAR EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO DO DATAWAREHOUSE DA OUVIDORIA E DE NOVAS FUNCIONALIDADES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA ESTADUAL E DO SISTEMA SE-OUV

**M.93.08.** ELABORAR E IMPLANTAR O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

**M.93.09.** REALIZAR AÇÕES DE OUVIDORIA ITINERANTE

### **3.4 PPA**

#### **3.4.1. PRINCIPAIS AÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2023**

**OBJETIVO: 0011. APERFEIÇOAR O EXERCÍCIO EFETIVO DO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, INCREMENTANDO O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL**

Com a finalidade de atingir o aperfeiçoamento e o incremento do efetivo controle interno do Poder Executivo Estadual proposto no Plano Plurianual – PPA 2020-2023, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC definiu as seguintes metas:

#### **METAS DO PLANO PLURIANUAL - 2020-2023:**

1. Implementar e Desenvolver USCI em 100% dos Órgãos e Entidades;
2. Adquirir (desenvolver) e implementar Sistema de informática;
3. Contratar (alocar) serviços de software (extrator de dados) BI;
4. Acompanhar 100% dos Órgãos e Entidades;
5. Monitorar 100% dos Órgãos e Entidades;
6. Avaliar 100% dos Órgãos e Entidades;
7. Adquirir (desenvolver) e implementar Sistema de informática (a exemplo do Sistema Web Regularidade);
8. Acompanhar e manter a regularidade em 100% dos Órgãos e Entidades;
9. Admitir 20 (vinte) Analista de Financia Controle;
10. Capacitar servidores para atuar nas atividades de controle interno;
11. Contratar serviço de consultoria na área de avaliação de controle interno.

#### **REGULARIDADE FISCAL DO ESTADO**

**Meta PPA 2020-2023:** Acompanhar e manter a regularidade em 100% dos Órgãos e Entidades.





**Meta PPA 2020-2023:** Capacitar servidores para atuar nas atividades de controle interno.

**AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

**Meta PPA 2020-2023:** Acompanhar 100% dos Órgãos e Entidades.

**Meta PPA 2020-2023:** Capacitar servidores para atuar nas atividades de controle interno.

**POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO PODER EXECUTIVO**

**Meta PPA 2020-2023:** Monitorar 100% dos Órgãos e Entidades

**Meta PPA 2020-2023:** Capacitar servidores para atuar nas atividades de controle interno.

**ACOMPANHAMENTO DOS ENCARGADOS SETORIAIS DA POLÍTICA**

**ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**

**ÓRGÃOS /**

**ENTIDADES**

**NOMES**

ADEMA	A INDICAR
AGRESE	JÚLIO CÉSAR MOREIRA MELO
ALESE	ALESSANDRA CRISTINA DE MENDONÇA SIQUEIRA
CBM	ISAÚ NEVES DE SOUZA JÚNIOR
CEHOP	PAULO FREIRE DE CARVALHO FILHO
CODERSE	FIRMO RAMOS NETO
CODISE	ZARATH MACHADO DA ROCHA
DETRAN	A INDICAR
DER	SILVA FERNANDA SILVEIRA ABRIL
DER	ADENÍSIA CARVALHO DE ARAÚJO VASCONCELOS
DESO	RUBENS CARLOS DE FIGUEIREDO
EMDAGRO	REGINALDO BARRETO SILVA JÚNIOR
EMGETIS	MARIA ANTÔNIA MACHADO
EMSETUR	MÔNICA LIMA CHAGAS
FAPITEC	ARMANDO GUIMARÃES DE GOES
FAPITEC	LAÍS BARBOSA RABELO DE SOUZA
FHS	CARLOS ALBERTO MENDONÇA DE ARAÚJO
FSPH	PHILLIP GUEDES MELO GALINDO
FUNCAP	ELISRENAN BARBOSA DA SILVA
FUNESA	GLAUBERT GONÇALVES GUIMARÃES
HPM	QUEZIA DENISE SANTOS DA SILVA
IOSE	JOSÉ VADSON SANTOS FILHO
IPESAÚDE	VANILTON ALVES DOS SANTOS



ITPS	MARCUS SÂNDALO BATISTA SOUZA
JUCESE	ALINE MENEZES DE SOUZA
PGE	SAMUEL OLIVEIRA ALVES
PM	A INDICAR
PRONESE	MÁRIO AUGUSTO DOS REIS MORAIS
RENASCER	ARIOSVALDO PEREIRA BARBOSA FILHO
SEAD	RODRIGO SILVEIRA DE FARIAS
SEAGRI	MÁRIO AUGUSTO DOS REIS MORAIS
SEDETEC	CARLOS HENRIQUE XAVIER SANTANA
SEDETEC	ALEXSANDRA LIMA FERREIRA DOS SANTOS
SECC	JOSÉ ANSELMO ANDRADE DAMACENA
SEDUC	ANA CARLA DANTAS DANTAS CARVALHO
SEDURBI	NILSON BRAGA DE ALMEIDA
SEDURBI	CATIANE MELO DA SILVA
SEFAZ	JOÃO HENRIQUE ASSIS SAMPAIO
SEASC	MARCELA PRADO MENDONÇA
SEJUC	JOSÉ DAVI DE ARAÚJO NASCIMENTO
SEJUC	JOÃO ANÍZIO TORRES DANTAS
SEMAC	CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA FIEL JÚNIOR
SER GAS	IEDO FLÁVIO DE ANDRADE FILHO
SERGIPEPREV	NATÁLIA SOUZA DOS SANTOS
SES	ROSÂNGELA DE OLIVEIRA BEZERRA
SETC	ETEL SOARES MENDES
SEEL	MARCELLA PRADO DANTAS
SETEEM	LAIRA CORREIA DE ANDRADE
SETUR	CAIO LUCAS DE MOURA MORAIS MEDEIROS SANTOS
SSP	JOSÉ INEPHÂNIO DE SOUZA CARDOSO
SSP	VALÉRIA AUGUSTA FONTES MONTALVÃO

## PROGRAMA DE INTEGRIDADE

**Meta PPA 2020-2023:** Monitorar 100% dos Órgãos e Entidades

## CONTROLE INTERNO ESTADUAL

**Meta PPA 2020-2023:** Implementar e Desenvolver USCI em 100% dos Órgãos e Entidades e avaliar 100% dos Órgãos e Entidades.

## ACOMPANHAMENTO DAS UNIDADES SETORIAIS DE CONTROLE INTERNO

ÓRGÃO / ENTIDADE	NOME
ADEMA	A INDICAR
AGRESE	FÁTIMA LUANE OLIVEIRA BEZERRA
BANESE	PENDENTE
CBM	PENDENTE
CEHOP	PAULO FREIRE DE CARVALHO FILHO





CODISE	ZARATH MACHADO DA ROCHA
CODERSE	ISRAEL BATISTA DOS SANTOS
DER	AILTON DE SOUZA NASCIMENTO
DER	VALBERTO TELES DE MENEZES
DESO	RUBENS CARLOS DE FIGUEIREDO (FÉRIAS)
DPE	DR. JOSÉ LEÓ DE CARVALHO NETO
DPE	DR. LUCIANO GOMES DE MELLO JÚNIOR
DETRAN	CARLOS AUGUSTO SANTOS JÚNIOR
EMDAGRO	BELMIRO SILVA DE ARAÚJO
EMGETIS	MARIA ANTÔNIA MACHADO
EMSETUR	MARLEIDE ALCÂNTARA
FAPITEC	MARIA ANETE SANTOS DE OLIVEIRA
FAPITEC	DIRON NASCIMENTO CRUZ
FSPH	LUIZ CARLOS SILVA DOS SANTOS
FUNCAP	A INDICAR
FUNESA	GLAUBERT GONÇALVES GUIMARÃES
HPM	GLEDSON GOMES SOUZA
HPM	ALEX SANDRO DA SILVA FEITOSA
HPM	ELVISLAN DE JESUS SANTOS
HPM	MÁRCIO ALVES OLIVEIRA
IOSE	JOSÉ VADSON SANTOS FILHO
IOSE	WILTON FERREIRA
IPESAÚDE	SANDRA ALMEIDA SANTOS
ITPS	A INDICAR
JUCESE	SILVANE SANTOS AZEVEDO
PGE	GUILHERME DE OLIEVIRA BRAGA
PM	CORONEL JOSÉ MOURA NETO
PRONESE	A INDICAR
RENASCE	ARIOSVALDO PEREIRA BARBOSA FILHO
SEAD	ARTUR LEITE CHAVES
SEAGRI	A INDICAR
SECC	ZENÓBIA TORRES DOS SANTOS
SECOM	ZENÓBIA TORRES DOS SANTOS
SEDETEC	CARLOS HENRIQUE XAVIER DE SANTANA
SEDUC	ANDRÉ LUIZ MARQUES JACINTO
SEDURBI	ÉMILE DANTAS DE CARVALHO CARTAXO
SEDURBI	AMANDA MORAES SOBRAL FONTES
SEEL	ANNA MARIA MENDONÇA ARAÚJO
SECC	ZENÓBIA TORRES DOS SANTOS
SEFAZ	CLEÔNCIO DE MELO SILVA NETO
SEASC	INGRID EMANUELLE OLIVEIRA ALVES
SEASC	QUÉSIA MARIA DOS SANTOS
VICE	ZENÓBIA TORRES DOS SANTOS
SEJUC	FERNANDA ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTANA
SEMAC	ANE SUMARA FERREIRA HOLZSCHUH
SER GAS	MAURÍCIO DE OLIVEIRA CAJAZEIRA
SERGIPEPREV	SÉRGIO RICARDO SOUSA BEZERRA



47



SES	ISNARD SANTOS BARRETO
SES	ANA LUÍSA POCONÉ ETTINGER
SES	CRISTIANNE NASCIMENTO CARDOSO
SES	ISABEL CRISTINA FERREIRA DE SOUZA SANTOS
SETC	SHEILA FEITOSA MACEDO
SETEEM	CARILANE LARANJEIRA TOMIELLO
SETUR	GILBERTO REBELLO DE MATTOS FILHO
SSP	DIELSON SILVA ARAÚJO/ ADRIANE DE BRITO GOMES
SSP	LAURICEIA DOS SANTOS/ LAURICEIA DOS SANTOS
SSP	RUTE VIEIRA MOURA LIMA

## **OBJETIVO 0012. APERFEIÇOAR A TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL**

Com o objetivo de ampliar cada vez mais a Transparência Ativa e Passiva da Gestão Governamental, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC definiu as seguintes metas:

### **METAS DO PLANO PLURIANUAL - 2020-2023:**

1. Desenvolver o Sistema de Ouvidoria;
2. Implantar e desenvolver Ouvidorias Setoriais ou Ouvidores Setoriais em 100% dos Órgãos e Entidades;
3. Padronizar página de transparência em 100% dos Órgãos e Entidades;
4. Portal da Transparência em funcionamento em 100% dos meses do ano;
5. Desenvolver o Portal da Transparência e Páginas de Transparência em 100% dos Órgãos e Entidades;
6. Coordenar as atividades de ouvidorias em 100% dos Órgãos e Entidades;
7. Analisar 100% das sugestões e reclamações oferecidas recebidas.

## **TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO**

**Metas PPA 2020-2023:** Padronizar página de transparência dos Órgãos e Entidades e Portal da Transparência em funcionamento em 100% dos meses do ano.

A SETC coordena uma rede de transparência visando a celeridade em suas ações voltadas a orientação, intervenção e monitoramento período. Desse modo apresentamos a rede estadual de transparência dos órgãos e entidades :



48

---

**RESPONSÁVEIS PELO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

<b>ÓRGÃO</b>	<b>NOME</b>
<b>ADEMA</b>	GILVAN JOSE DA SILVA FILHO
<b>AGRESE</b>	FATIMA LUANE OLIVEIRA BEZERRA
<b>BANESE</b>	MCHELLE ALVES
<b>CBM</b>	ISAU NEVES DE SOUZA JUNIOR
<b>CBM</b>	CARLA CRISTINA ANDRADE DA SILVA
<b>CEHOP</b>	PAULO CARVALHO FILHO
<b>CODERSE</b>	ISRAEL BATISTA DOS SANTOS
<b>CODERSE</b>	RINALDO VIEIRA SILVA NETO
<b>CODISE</b>	ZARATH MACHADO DA ROCHA
<b>DER</b>	VALBERTO TELES MENEZES
<b>DESO</b>	RUBENS CARLOS FIGUEIREDO
<b>DETRAN</b>	MARIA ADELIA DA SILVA OLIVEIRA
<b>EMDAGRO</b>	MARIA SUZANA LEITE DE OLIVEIRA
<b>EMGETIS</b>	HELGA SOUZA BARRETO
<b>EMSETUR</b>	GILBERTO REBELLO DE MATTOS FILHO
<b>FAPITEC</b>	MARIA ANETE SANTOS DE OLIVEIRA
<b>FSPH</b>	LUIZ CARLOS SILVA DOS SANTOS
<b>FUNCAP</b>	NAYRA LIZANDRA RIBEIRO MENESES
<b>FUNESA</b>	GLAUBERT GUIMARES
<b>HPM</b>	ELVISLAN DE JESUS SANTOS
<b>HPM</b>	UIBIRAN DO NASCIMENTO SANTOS
<b>HPM</b>	MARCIO ALVES OLIVEIRA
<b>IOSE</b>	WILTON FERREIRA
<b>IPESAÚDE</b>	JAIANE DE OLIVEIRA NASCIMENTO
<b>ITPS</b>	GLEIZE KELLY SOBRAL SOUSA
<b>JUCESE</b>	SILVANE SANTOS AZEVEDO
<b>PGE</b>	CARLOS EMMANUEL DE ALMEIDA REIS
<b>PM</b>	A INDICAR



---

PRONESE	DANIELLE FREIRE DOS ANJOS
RENASCER	ARIOSVALDO PEREIRA BARBOSA FILHO
SEAD	ARTUR LEITE CHAVES
SEAGRI	DANIELLE FREIRE DOS ANJOS
SEDETEC	CARLOS HENRIQUE XAVIER SANTANA
SECC	ZENOBIA TORRES DOS SANTOS
SEDUC	ANDRE LUIZ MARQUES JACINTO
SEDURBI	MANOEL DOMINGOS DOS SANTOS
SEFAZ	JOAO HENRIQUE ASSIS SAMPAIO
SEASC	KARLA FABIANA DE CARVALHO SOUZA PORTO
SEJUC	LENO SANTOS MENEZES
SEMAC	ANE SUMARA FERREIRA HOLZSCHUH
SER GAS	MAURICIO DE OLIVEIRA CAJAZEIRA
SERGIPEPREV	SERGIO RICARDO SOUSA BEZERRA
SES	ADRIANA MENEZES TAVARES MACHADO
SETC	EMILLY FARIAS ALVES BRITTO
SEEL	ANNA MARIA MENDONCA ARAUJO
SETEEM	RAQUEL SANTOS SILVA
SETUR	GILBERTO REBELLO DE MATTOS FILHO
SSP	DIELSON SILVA ARAUJO

**Meta PPA 2020-2023:** Capacitar servidores para atuar nas atividades de controle interno.

**TCE realiza treinamento do Programa Nacional de Transparência Pública para Órgãos e Entidades Estaduais.**

Em consonância com as exigências trazidas pelas leis de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), das Ouvidorias Públicas e de Responsabilidade Fiscal (Leis Complementares Federais nº 101/2000, nº 131/2009 e nº 156/2016), a Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços (Dceos) do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SE) realizou treinamento com os Órgãos e Entidades Estaduais.



---

**OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE**

**Metas PPA 2020-2023:** Desenvolver o Sistema de Ouvidoria; Implantar e desenvolver Ouvidorias Setoriais ou Ouvidores Setoriais em 100% dos Órgãos e Entidades; Coordenar as atividades de ouvidorias em 100% dos Órgãos e Entidades; Analisar 100% das sugestões e reclamações oferecidas recebidas.

Consolidando a formação da Rede de Ouvidorias do Estado de Sergipe, segue a composição da Rede Estadual:

ÓRGÃO	NOME
ADEMA	GLEYSCE DE SOUZA CARVALHO
ADEMA	RAFAELA RODRIGUES GHIDINI
AGRESE	JULIANA DE MELO FONTES COSTA
AGRESE	MARCELLA THAYSA COSTA DA MATA
AGRESE	SUZANA MOTA SOUZA
BANESE	LETICIA SOUZA SANTOS
BANESE	ANA PAULA VASCONCELOS
CBM	TEN.CEL ISAU NEVES DE SOUZA JÚNIOR
CBM	TEN.CEL MARCIA MARIA DO SANTOS OLIVEIRA
CEHOP	MARIA IVONE DOS SANTOS
CEHOP	LÍCIA DANTAS HORA
CODERSE	MARCIA DOS SANTOS MENEZES
CODERSE	FÁBIO LUIZ DE BRITO
CODISE	CAMILA SANTANA SILVA DE MENEZES
CODISE	NAIANA DA SILVA LIMA
DER	ROSELI DOS SANTOS SILVA
DER	RENNAN MECENAS SILVA ALBUQUERQUE
DESO	ANA PAULA MELO FIGUEIREDO
DESO	ANDRE LUIS PEREIRA LEITE
DETRAN	MÉRCIA MENESES RIBEIRO NASCIMENTO
DETRAN	IRACÊ MARIA DE OLIVEIRA SANTOS SILVA
DPE	JOSÉ LEÓ DE CARVALHO NETO

  
51

---

DPE	LUCIANO GOMES DE MELO JÚNIOR
DPE	RENATA ALMEIDA VILAN DE MELO
EMDAGRO	CARLOS MARIZ MOURA DE MELO
EMDAGRO	MARIA SUZANA LEITE DE OLIVEIRA
EMGETIS	CRISTINA ROCHADEL MOREIRA
EMGETIS	ILDA GOMES MACEDO BARRETO
EMSETUR	LAUDICÉIA FERNANDES ALVES
EMSETUR	GLISIA KRISTINA ROCHA BRAGA BEZERRA
FAPITEC	DIRON NASCIMENTO CRUZ
FAPITEC	MARIA ANETE SANTOS DE OLIVEIRA
FHS	OLIVIA AMANDA LESSA ROCHA
FSPH	MARIA DAS GRAÇAS MOURA BARBOSA DIAS
FUNCAP	NAYARA LIZANDRA RIBEIRO MENEZES
FUNESA	MARIA RONICE SOUZA DE OLIVEIRA
FUNESA	GLAUBERT GONÇALVES GUIMARAES
HPM	CANDIDA ROSA DOS SANTOS
HUSE	ROSA MALENA SANTOS
HUSE	TERESA ANTONIA BONFIM DOS SANTOS
IOSE	NADJANE DOS SANTOS
IOSE	NIVALDA RIBEIRO DE SOUZA
IPESAÚDE	ALINE OLIVEIRA ALMEIDA
IPESAÚDE	PAULA ANDREA FERREIRA LEITE SOUZA
ITPS	SUELI ANDRADE SANTOS
ITPS	DEBORAH SENA FRANCA
ITPS	ELOIZA KAROLAINÉ ALVES SANTOS
JUCESE	AROALDO SANTOS MELO
JUCESE	SILVANE SANTOS AZEVEDO
PGE	GILVANETE BARBOSA LOSILLA
PGE	EDUARDO JOSE CABRAL DE MELO FILHO
PM	TEN.CEL LUCIANO JOSÉ DO NASCIMENTO



52

PM	TEN.CEL IANDERSON COUTINHO MAIA
PRONESE	GLEYCIENE MARY DE OLIVEIRA DIAS RAMOS
PRONESE	TÂNIA LUCIA DE ALMEIDA MACHADO DANTAS
RENASCER	ANTONIO CLAUDIO FERREIRA
RENASCER	ANA CLÉA DOS SANTOS NASCIMENTO
SEAD	IEDA KETILY E LIMA OLIVEIRA
SEAD	ANA CARINA MENEZES CANTANHÊDE
SEAGRI	VALMIRA GUIMARÃES DE MELO AMARAL
SEAGRI	AIRNEA GOMES COELHO CARDOSO
SEASC	MANUELA PEREIRA RIBEIRO
SEASC	KARLA FABIANA DE CARVALHO SOUZA PORTO
SECC	RAQUEL RODRIGUES DE JESUS
SECC	ZENÓBIA TORRES DOS SANTOS
SECC	LARISSA PAES SILVEIRA
SECOM	VIVIANE COSTA CAVALCANTE
SECOM	JAMILE FREITAS PEREIRA FREIRE
SEDETEC	PEDRO PAULO LIMA DA SILVA
SEDETEC	ANDRÉ FERREIRA DE ARAGÃO
SEDUC	ALLEF EMANOEL DA COSTA PAIXÃO
SEDUC	ANA VIRGINIA OLIVEIRA OLIVA
SEDURBI	AMANDA MORAES SOBRAL FONTES
SEDURBI	EMILE DANTAS DE CARVALHO CARTAXO
SEEL	SHEILA MILENA OLIVEIRA DIAS
SEEL	MARIA ISABELLE SANTANA DOS REIS
SEFAZ	ANDRE CRISTIANO IKIJIRI
SEGOV	THARCIA MORAES BASTOS BRAZ DA SILVA
SEGOV	CERISE BOA SORTE E SILVA
SEJUC	JULIANE MARIA SANTOS DE OLIVEIRA
SEJUC	JUCYLENE SEIXAS DE VASCONCELOS
SEMAC	MARLUCE MACHADO DA SILVA





---

SEMAC	MILENA LEITE SOBRAL
SER GAS	JOSÉ CASTLHO ALMEIDA DE JESUS
SER GIPEPREV	
IDÊNCIA	ANGELA MARIA LEMOS DE ARAUJO CAMPOS
SER GIPEPREV	
IDÊNCIA	EUNICE DE JESUS CRUZ
SES	FLAVIA ROCHA SANTOS
SES	JESSICA MENEZES SOUZA
SES	VITOR RUAN DANTAS DO NASCIMENTO
SES	ADRIANA MENESES TAVARES MACHADO
SES	STEPHANE CAROLINE SILVA SANTOS
SES	MARIA CLAUDIA OLIVEIRA ANDRADE
SETC	RENAN BRENO GONÇALVES DE FARIAS
SETC	CARLOS EDUARDO DE MELLO LIMA
SETEEM	CARILANE LARANJEIRA TOMIELLO
SETEEM	LAIRA CORREIA DE ANDRADE VIEIRA
SETUR	LAUDICÉIA FERNANDES ALVES
SETUR	GLÍSIA KRISTINA ROCHA BRAGA BEZERRA
SPM	ELMER SANTOS DA CRUZ
SPM	ECIENE ELIAS DE JESUS CAMPOS
SSP	JOSÉ PEREIRA DE ANDRADE FILHO
SSP	LENISE SOUZA RODRIGUES

Aracaju/SE, 30 de janeiro de 2024.

  
SHEILA FELTOSA MACEDO  
Superintendente Executiva